



## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### MENSAGEM

Nº 98 /2020-GAG

Brasília, 17 de março de 2020.

### Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para submeter à apreciação dessa Casa o anexo Projeto de Lei que altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências.

A justificação para a apreciação do Projeto ora proposto encontra-se na Exposição de Motivos do Senhor Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal.

Dado que a matéria necessita de apreciação com brevidade, solicito, com base no art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal, que a presente Proposição seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

  
**IBANEIS ROCHA**  
Governador

A Sua Excelência o Senhor  
**RAFAEL PRUDENTE**  
Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
NESTA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2020**

(Autoria: Poder Executivo)

**Altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências.**

**A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL** decreta:

**Art. 1º** Ficam alterados na Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, os anexos: II – Anexo de Metas Fiscais – e complementos; e XI – Projeção da Renúncia de Origem Tributária – Texto e Anexos, na forma dos anexos I e II desta Lei.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Assinatura manuscrita em tinta preta, consistindo de um traço vertical descendente com um traço horizontal transversal no meio e um traço diagonal ascendente à esquerda.

**Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019**

**ANEXO II**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

(LRF, art. 4º, § 1º)

**CONSIDERAÇÕES SOBRE AS METAS FISCAIS E PROJEÇÕES  
DE RECEITAS E DESPESAS**

**INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020. Expõe-se, a seguir, a metodologia de cálculo da projeção da arrecadação para o quadriênio 2020-2023.

A previsão da arrecadação a seguir para os exercícios de 2020 a 2023 considera a alteração da projeção dos benefícios tributários para o período em razão da inclusão das seguintes propostas de concessão de benefícios: *i) anistia e remissão no âmbito de Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020; ii) redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a carne de frango e do leite UHT (acréscimo ao benefício já existente para a cesta básica regulamentado no item 11 do Caderno II do Anexo I do Decreto nº 18.955/1997 - Regulamento do ICMS, fundamentado no Convênio ICMS 128/94); iii) crédito presumido do ICMS na saída interna de cerveja e chope artesanais produzidos por microcervejaria; e iv) redução de base de cálculo do ISS para serviços de contabilidade e consultoria e auditoria contábil e tributária.* A alteração se fundamenta nos Despachos SEI-GDF SEEC/GAB (30444742) e SEEC/SEF/ASSESP (doc. 31260226), consignados nos autos do processo SEI 00040-00029863/2019-38, e no Estudo Técnico SEI-GDF n.º 5/2019 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (doc. 32476453 do processo 00040-00029863/2019-38).

A previsão considera, ainda, a concessão dos seguintes benefícios tributários: *redução de alíquota e/ou isenção na “saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.”; e crédito presumido do ICMS sobre a “base de cálculo da substituição tributária de cerveja e*

chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microcervejeiro.”, conforme Estudo Técnico n.º 8/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (37165246), Processo SEI nº 00040-00008310/2020-85, e Estudo Técnico n.º 6/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (36360140), Processo SEI nº 00040-00022463/2019-00, respectivamente. A compensação se deu mediante a diminuição do benefício tributário previsto para o ITBI, de redução escalonada da alíquota do ITBI para 2,75% em 2019, 2,5% em 2020 e 2% em 2021 (37162465).

As estimativas de receita para o quadriênio 2020-2023 foram elaboradas em valores correntes. Na deflação dos valores correntes para 2019, utilizou-se como deflator o IPCA médio com base nos índices a seguir.

### IPCA MÉDIO PARA DEFLAÇÃO DOS VALORES CORRENTES

2019	2020	2021	2022	2023
1,0000	0,9657	0,9300	0,8966	0,8650

Elaboração: Coordenação de Previsão e Análise Fiscal/SUAPOF/SEAE/SEEC.

### PROJEÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS PARA 2020 A 2023

Nas estimativas de receita do ICMS e do ISS, levaram-se em conta as variações para o PIB Brasil, enquanto para as estimativas das demais receitas, foram consideradas as variações do INPC/IBGE para o período de 2020 a 2023. Os parâmetros básicos utilizados foram obtidos do Relatório Focus do Banco Central do Brasil (BACEN) em 19/07/2019.

Parâmetros	2020	2021	2022	2023
PIB real anual (BACEN)	2,22%	2,49%	2,48%	2,39%
Deflator implícito IGP-DI anual (BACEN)	4,15%	4,03%	3,76%	3,80%
INPC anual (BACEN)	3,84%	3,54%	3,50%	3,50%

Fonte: www.bcb.gov.br (Relatório Focus), em 19/07/2019.

A seguir, apresentam-se as metodologias utilizadas para a previsão da arrecadação tributária em valores correntes.

Apresentam-se a seguir as metodologias utilizadas para a previsão das receitas de origem tributária para os exercícios de 2020 a 2023. Cumpre ressaltar que o presente relatório foi elaborado de acordo com o preceituado na Decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal nº 2.579/2008, a qual reitera determinação no sentido de as estimativas serem demonstradas conforme a seguir:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários, cuja projeção encontra-se no Estudo Técnico SEI-GDF n.º 7/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (doc. [37138899](#)).

### ICMS e ISS

Para séries históricas estimadas da arrecadação bruta, isto é incluindo inadimplência e renúncia, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram utilizadas equações estimadas pelo método dos mínimos quadrados ordinários, onde as receitas mensais nominais do ICMS e do ISS são explicadas pelo nível de atividade econômica, medido pelo PIB mensal a preços de mercado, obtido no sítio do BACEN.

Foram construídas séries históricas das receitas brutas do ICMS e do ISS mensais, levando em consideração que a arrecadação em determinado mês é influenciada pelos fatos geradores dos tributos ocorridos no mês anterior.

Assim, foram estimadas duas equações, uma para o ICMS e outra para o ISS conforme abaixo, utilizando o programa EVIEWS, cujos parâmetros e estatísticas estão apresentados a seguir:

ICMS	ISS
$\log(Y_t) = a + b \cdot \log(\text{PIB}_{t-1})$	$\log(Y_t) = a + b \cdot \log(\text{PIB}_{t-1})$

Onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo  $t$ , com  $t = 1, 2, 3, \dots, 127$ ;

$a$  e  $b$  são os parâmetros a serem estimados;

$PIB_t$  = PIB mensal a preços de mercado no tempo  $t$ .

Dependent Variable: LOG(ICMS)				
Method: Least Squares				
Date: 08/09/19 Time: 08:59				
Sample (adjusted): 2009M01 2019M07				
Included observations: 127 after adjustments				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	7.474.015	0.317615	2.353.170	0.0000
LOG(PIB_HWM_AJ)	0.980724	0.024454	4.010.490	0.0000
R-squared	0.927888	Mean dependent var		2.020.976
Adjusted R-squared	0.927311	S.D. dependent var		0.244300
S.E. of regression	0.065866	Akaike info criterion		-2.586.778
Sum squared resid	0.542285	Schwarz criterion		-2.541.988
Log likelihood	1.662.604	Hannan-Quinn criter.		-2.568.580
F-statistic	1.608.403	Durbin-Watson stat		1.375.435
Prob(F-statistic)	0.000000			

Dependent Variable: LOG(ISS)				
Method: Least Squares				
Date: 08/09/19 Time: 08:59				
Sample (adjusted): 2009M01 2019M07				

Included observations: 127 after adjustments				
Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	2.983.628	0.310546	9.607.677	0.0000
LOG(PIB_HWM_AJ)	1.197.316	0.023910	5.007.648	0.0000
R-squared	0.952519	Mean dependent var		1.853.205
Adjusted R-squared	0.952140	S.D. dependent var		0.294372
S.E. of regression	0.064400	Akaike info criterion		-2.631.791
Sum squared resid	0.518416	Schwarz criterion		-2.587.000
Log likelihood	1.691.187	Hannan-Quinn criter.		-2.613.593
F-statistic	2.507.654	Durbin-Watson stat		1.632.408
Prob(F-statistic)	0.000000			

Com base na modelagem de alisamento exponencial "Holt-Winters", versão multiplicativa, compatibilizada com as expectativas do mercado financeiro para a inflação e crescimento real do PIB do Relatório FOCUS em 19/07/2019, foi estimado o PIB mensal, estendendo a série de PIB desde julho de 2019 até dezembro de 2023. Em seguida, com base na série estendida do PIB, foram projetadas as arrecadações do ICMS e do ISS para o mesmo período.

Da receita bruta estimada, foram deduzidas as estimativas da inadimplência e da renúncia tributária e acrescidas às expectativas de arrecadação relativa a exercícios anteriores, resultando em previsões para a receita líquida.

A seguir, demonstram-se as estimativas para as receitas do ICMS e ISS.

### ICMS

Valores correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	10.354.862	10.807.852	11.250.242	11.688.245
(-) Inadimplência estimada	472.169	493.681	514.617	535.165

(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	275.410	241.963	294.318	340.051
Estimativa REFIS-DF 2020	34.874	15.338	9.586	4.808
(+) Receita estimada Multas e Juros	92.996	63.812	56.172	50.282
Estimativa REFIS-DF 2020	66.164	29.100	18.186	9.121
(+) Receita estimada Dívida Ativa	397.094	241.854	201.461	169.189
Estimativa REFIS-DF 2020	290.584	127.804	79.871	40.059
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	568.527	263.497	175.967	103.566
Estimativa REFIS-DF 2020	551.304	242.473	151.534	76.002
(-) Renúncia estimada	2.931.770	2.636.661	2.607.803	2.600.278
Remissão REFIS-DF 2020	82.656	36.354	22.719	11.395
Anistia REFIS-DF 2020	592.572	260.624	162.876	81.691
(+) Correção (1)	437.783	457.729	477.140	496.191
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>8.722.734</b>	<b>8.946.365</b>	<b>9.332.880</b>	<b>9.712.082</b>

Nota: (1) Correção da previsão pela relação valores realizados x previstos nos últimos 3 meses

## ISS

Valores correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	2.097.483	2.209.988	2.320.916	2.431.696
(-) Inadimplência estimada	60.552	63.858	67.115	70.364
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	170.213	137.019	130.397	125.733
Estimativa REFIS-DF 2020	3.631	1.597	998	501
(+) Receita estimada Multas e Juros	14.787	15.725	16.887	18.013
Estimativa REFIS-DF 2020	6.889	3.030	1.894	950
(+) Receita estimada Dívida Ativa	63.336	43.213	44.742	46.270
Estimativa REFIS-DF 2020	30.258	13.308	8.317	4.171
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	9.769	10.252	11.219	11.191
Estimativa REFIS-DF 2020	57.406	25.248	15.779	7.914
(-) Renúncia estimada	195.577	160.946	154.095	149.352
Remissão REFIS-DF 2020	8.607	3.785	2.366	1.187
Anistia REFIS-DF 2020	61.703	27.138	16.960	8.506
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>2.099.459</b>	<b>2.191.393</b>	<b>2.302.951</b>	<b>2.413.187</b>

## IPTU/TLP e IPVA

De posse de dados sobre o lançamento de ofício dos tributos em questão para 2019 e das expectativas do BACEN para o INPC para o período de 2020 a 2023, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Considerando o histórico dos índices estimados de inadimplência, expectativas para pagamentos de débitos de exercícios anteriores e estimativas de renúncia e de abatimento referente ao programa Nota Legal para os casos do IPTU e do IPVA, apurou-se a receita estimada conforme demonstrada a seguir.

Nas estimativas de abatimento do Nota Legal, foram levados em consideração os efeitos de Projeto de Lei de alteração da Lei nº 4.159/2008 que propõe aumento do percentual do ICMS/ISS utilizado no cálculo dos créditos do programa, conforme processo SEI 00040-00022262/2019-02.

## IPTU

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.499.152	1.554.268	1.608.951	1.665.264
(-) Desconto para pagamento em cota única	13.029	13.508	13.983	14.472
(-) Abatimento programa Nota Legal	13.200	13.685	14.166	14.662
(-) Inadimplência estimada	481.593	499.299	516.865	534.955
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	69.227	39.410	31.820	25.639
Estimativa REFIS-DF 2020	2.570	1.130	706	354,23
(+) Receita estimada Multas e Juros	11.309	11.803	12.447	13.057
Estimativa REFIS-DF 2020	4.875	2.144	1.340	672
(+) Receita estimada Dívida Ativa	127.371	120.341	128.631	136.921
Estimativa REFIS-DF 2020	21.410	9.417	5.885	2.952
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	23.196	31.332	34.444	37.342
Estimativa REFIS-DF 2020	40.620	17.865	11.165	5.600
(-) Renúncia estimada	117.953	92.591	86.872	82.618
Remissão REFIS-DF 2020	6.090	2.679	1.674	840
Anistia REFIS-DF 2020	43.661	19.203	12.001	6.019
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>1.104.481</b>	<b>1.138.071</b>	<b>1.184.406</b>	<b>1.231.516</b>



## TLP

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	208.686	216.358	223.970	231.809
(-) Inadimplência estimada	53.318	55.278	57.223	59.226
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	3.198	3.119	3.169	3.231
Estimativa REFIS-DF 2020	330	145	91	46
(+) Receita estimada Multas e Juros	2.048	2.680	2.792	2.897
Estimativa REFIS-DF 2020	626	275	172	86
(+) Receita estimada Dívida Ativa	13.231	14.617	13.639	12.662
Estimativa REFIS-DF 2020	2.751	1.210	756	379
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	4.214	6.143	6.807	7.425
Estimativa REFIS-DF 2020	5.219	2.296	1.435	720
(-) Renúncia estimada	13.915	10.611	9.830	9.237
Remissão REFIS-DF 2020	783	344	215	108
Anistia REFIS-DF 2020	5.610	2.467	1.542	773
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>164.144</b>	<b>177.028</b>	<b>183.325</b>	<b>189.562</b>

## IPVA

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	1.573.209	1.631.048	1.688.432	1.747.527
(-) Desconto para pagamento em cota única	18.360	19.034	19.704	20.394
(-) Abatimento programa Nota Legal	50.378	52.230	54.068	55.960
(-) Inadimplência estimada	116.693	120.983	125.240	129.623
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	51.708	41.497	39.598	38.254
Estimativa REFIS-DF 2020	962	423	264	133
(+) Receita estimada Multas e Juros	46.027	48.693	51.318	53.861
Estimativa REFIS-DF 2020	1.824	802	501	252
(+) Receita estimada Dívida Ativa	78.588	76.755	80.656	84.557
Estimativa REFIS-DF 2020	8.013	3.524	2.202	1.105
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	14.570	23.311	26.146	28.766
Estimativa REFIS-DF 2020	15.202	6.686	4.178	2.096
(-) Renúncia estimada	404.713	408.882	420.374	432.821
Remissão REFIS-DF 2020	2.279	1.002	626	314
Anistia REFIS-DF 2020	16.340	7.187	4.491	2.253

<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>1.173.959</b>	<b>1.220.175</b>	<b>1.266.764</b>	<b>1.314.167</b>
-------------------------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

### ITBI e ITCD

Após a construção da série histórica da receita bruta desses itens, incluindo inadimplência e renúncias, mas excluindo a receita de exercícios anteriores, foram estudados os movimentos de tendência e sazonalidade da série, desde janeiro/2009. Foram estimadas, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, equações de tendência linear, incorporando o componente sazonal médio de cada mês. Nesse sentido, produziram-se equações com a seguinte especificação:  $Y_t = (a + b*t)*S_t$ , onde:

$Y_t$  = arrecadação no tempo t, com t = 1 (jan/2009), 2, 3, ..., 126 (jun/2019),

a e b são os parâmetros a serem estimados,

$S_t$  = índice sazonal médio de cada mês.

ITBI				ITCD			
a = 14.406.796,62 (P value: 3,11E-33)				a = 2.326.094,44 (P value: 0,03594917)			
b = 166.964,31 (P value: 2,02E-27)				b = 87.858,35 (P value 3,89E-08)			
Sjan	0,7866	Sjul	1,0247	Sjan	0,7382	Sjul	0,9440
Sfev	0,9158	Sago	1,1332	Sfev	0,6614	Sago	1,0653
Smar	1,0013	Sset	0,9616	Smar	0,8312	Sset	0,8895
Sabr	0,9745	Sout	1,0164	Sabr	0,8955	Sout	1,1559
Smai	0,9738	Snov	1,0055	Smai	1,6605	Snov	1,0957
Sjun	1,0168	Sdez	1,1899	Sjun	0,8969	Sdez	1,1658

Uma vez estimados os parâmetros das equações, as receitas brutas foram projetadas para o período desde julho de 2019 a dezembro de 2023.

**ITBI**

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	450.858	474.901	498.944	522.987
(-) Inadimplência estimada	1.772	1.837	1.902	1.968
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	1.663	1.290	1.216	1.162
Estimativa REFIS-DF 2020	34	15	9	5
(+) Receita estimada Multas e Juros	583	589	605	620
Estimativa REFIS-DF 2020	65	29	18	9
(+) Receita estimada Dívida Ativa	412	185	166	147
Estimativa REFIS-DF 2020	286	126	79	39
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	115	96	116	111
Estimativa REFIS-DF 2020	543	239	149	75
(-) Renúncia estimada	71.228	147.419	152.915	158.596
Remissão REFIS-DF 2020	81	36	22	11
Anistia REFIS-DF 2020	583	57	160	80
(=) Receita líquida prevista	380.631	327.805	346.230	364.462

### ITCD

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	174.334	186.986	199.637	212.289
(-) Inadimplência estimada	9.974	10.341	10.705	11.080
(+) Arrecadação estimada exercícios anteriores	5.358	4.112	3.856	3.665
Estimativa REFIS-DF 2020	115	50	31	16
(+) Receita estimada Multas e Juros	11.813	13.564	15.274	16.949
Estimativa REFIS-DF 2020	217	96	60	30
(+) Receita estimada Dívida Ativa	5.746	5.518	5.974	6.429
Estimativa REFIS-DF 2020	955	420	262	132
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	828	1.217	1.429	1.626
Estimativa REFIS-DF 2020	1.812	797	498	250
(-) Renúncia estimada	38.385	38.497	39.471	40.547
Remissão REFIS-DF 2020	272	119	75	37
Anistia REFIS-DF 2020	1.947	856	535	268
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>149.720</b>	<b>162.559</b>	<b>175.995</b>	<b>189.333</b>

### Outras Taxas

A ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF foi a fonte para os valores anuais de previsão de 2020 a 2023 da Taxa de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e

Esgotamento Sanitário – TFS e da Taxa de Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos – TFU.

A AGEFIS - Agência de Fiscalização do Distrito Federal foi a fonte para os valores anuais de 2020 a 2023 das Taxas de Funcionamento de Estabelecimento – TFE e Taxa de Execução de Obras – TEO. A mensalização foi feita com base na receita realizada dessas taxas em 2018.

Quanto à Taxa de Expediente -TE, estas tiveram os seus valores previstos de 2020 a 2023 tomando por base a atualização monetária pelo INPC médio, baseado na realização do exercício de 2018 e nas expectativas de variação do INPC da Pesquisa Focus BACEN em 19/07/2019.

### **IRRF**

A previsão anual para o Imposto de Renda Retido na Fonte foi feita considerando a atualização monetária pelo INPC médio previsto para os exercícios de 2020 a 2023, baseado nas expectativas de variação do INPC da Pesquisa Focus BACEN em 19/07/2019, a partir da receita realizada em 2018.

### **PROJEÇÃO DE OUTRAS RECEITAS NÃO TRIBUTÁRIAS: 2020-2023**

A projeção das receitas relacionadas a seguir tomou por base a série histórica mensal da receita realizada no período de janeiro/2014 a junho/2019, extraída do SIGGO.

### **Contribuições Econômicas e para o Custeio da Iluminação Pública**

A rubrica “outras contribuições econômicas” foi projetada por meio de modelo estatístico auto-regressivo integrado média móvel (ARIMA) e de alisamento exponencial “Holt-Winters”, enquanto a contribuição para o custeio da iluminação pública (CIP) foi prevista por método de previsão e decomposição de séries temporais “BATS” e modelo ARIMA.

Ainda, apresenta-se a seguir expectativa de arrecadação para o período 2020-2023, decorrente da implementação em 2020 de Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020, que concede redução de principal, multas e juros moratórios (renúncia), nos termos do processo SEI 00040-00027830/2019-53.



## CIP

Valores Correntes em R\$ 1.000

Item	2020	2021	2022	2023
Receita fatos geradores do exercício - Principal	240.072	240.072	240.072	240.072
(+) Receita estimada Dívida Ativa	25	15	12	10
<i>Estimativa REFIS-DF 2020</i>	17	8	5	2
(+) Receita estimada Multas e Juros da Dívida Ativa	46	28	23	18
<i>Estimativa REFIS-DF 2020</i>	33	15	9	5
(-) Renúncia estimada	36	16	10	5
<i>Remissão REFIS-DF 2020</i>	4	2	1	1
<i>Anistia REFIS-DF 2020</i>	32	14	9	4
<b>(=) Receita líquida prevista</b>	<b>240.106</b>	<b>240.099</b>	<b>240.096</b>	<b>240.094</b>

## Receita Patrimonial

As receitas de aluguéis e arrendamentos (código 13100111) foram projetadas por meio do ajuste de modelo de alisamento exponencial “Holt-Winters” e método de previsão e decomposição de séries temporais “BATS”. As receitas com foros, laudêmos e tarifas de ocupação (código 13100121) foram estimadas por modelo ARIMA.

Receitas advindas de concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso imóveis públicos (códigos 13100211 e 13100213) foram previstas com base na modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”. A previsão para outras receitas imobiliárias (código 13109911) foi obtida por modelo ARIMA.

A receita de remuneração de depósitos bancários (código 13210011) na fonte 100 foi prevista com o método de previsão e decomposição de séries temporais “TBATS”, ao passo que a fonte 220 e a receita oriunda de outras delegações de serviços públicos (código 13399911) foram projetadas por modelo sazonal auto-regressivo integrado de média móvel (SARIMA).

## **Receita Agropecuária**

Na previsão da receita agropecuária (código 14000011), utilizou-se média com acréscimo de 10% ao ano.

## **Receita Industrial**

A receita industrial (código 15000011) foi projetada pelo método de previsão e decomposição de séries temporais "TBATS".

## **Receita de Serviços**

A receita de serviços administrativos e comerciais gerais (código 16100111) foi prevista por modelo sazonal auto-regressivo integrado de média móvel (SARIMA). As receitas com tais serviços na fonte 220 (códigos 16100113 e 16100114) foram estimadas pela média com acréscimo de 10% ao ano.

A receita com serviços de registro, certificação e fiscalização (código 16100311) foi estimada com o modelo auto-regressivo integrado média móvel (ARIMA), enquanto as demais (códigos 16100313 e 16100314) seguiram a média com acréscimo de 10% ao ano.

A receita com serviços de transporte (código 16200211) foi prevista com base na modelagem de alisamento exponencial "Holt-Winters".

O retorno de operações, juros e encargos financeiros (código 16400111) foi estimado com o modelo auto-regressivo integrado média móvel (ARIMA).

Por fim, a receita de outros serviços (código 16909911) foi estimada pela média com acréscimo de 10% ao ano.

## **Transferências Correntes**

As transferências do FPE (código 17180111) e da cota-parte do IPI – Estados Exportadores (código 17180161) foram previstas com o modelo sazonal auto-regressivo integrado de média móvel (SARIMA). As transferências da cota-parte do ITR (17180151) e da LC 87/96 (código 17180611) foram obtidas com o modelo auto-regressivo integrado média móvel (ARIMA). O FPM (código 17180121) seguiu a modelagem de alisamento exponencial "Holt-Winters".



As transferências de instituições privadas (código 17400011) foram projetadas com base na modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”, enquanto as transferências de convênios de instituições privadas (código 17481011) foram estimadas pelo método de previsão e decomposição de séries temporais “BATS”.

As transferências de pessoas físicas (código 17700011) foram calculadas pela modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”.

### **Outras Receitas Correntes (exceto multas de trânsito)**

As multas previstas em legislação específica (códigos 19100111, 19100112 e 19100114) e as administrativas por danos ambientais (código 19100611) foram previstas pela modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”.

Indenizações por danos causados ao patrimônio público (código 19210111) foram calculadas pela média com acréscimo de 10% ao ano, enquanto outras indenizações (código 19219911) foram projetadas pelo método de previsão e decomposição de séries temporais “TBATS”.

Restituição de despesas de exercícios anteriores (código 19220611) e outros ressarcimentos (código 19239911) foram estimados com base na média da arrecadação de 2016 a 2018 atualizada pelo INPC/IBGE, e posteriormente atualizada pelo INPC médio previsto para o período 2019-2023, considerando para 2019 a receita realizada até junho. Outras restituições (código 19229911) foram previstas por modelo auto-regressivo integrado média móvel (ARIMA).

Para ônus de sucumbência (código 19901221), foi utilizada a modelagem de alisamento exponencial “Holt-Winters”.

Outras receitas correntes (códigos 19909911, 19909913 e 19909914) foram estimadas pelo método de previsão e decomposição de séries temporais “TBATS”.

Ainda, apresenta-se a seguir expectativa de arrecadação para o período 2020-2023, decorrente da implementação em 2020 de programa de regularização de débitos não tributários, que concede redução de multas e juros moratórios (renúncia), nos termos do processo SEI 00040-00016430/2019-12 (doc. 24271908).

Valor em R\$ 1,00

Ano	2020	2021	2022	2023

Valor devido sem desconto (A)	132.685.487	66.582.363	40.781.524	31.208.243
Renúncia (B)	41.780.213	20.965.558	12.841.350	9.826.900
<b>Expectativa de receita (A) – (B)</b>	<b>90.905.273</b>	<b>45.616.804</b>	<b>27.940.174</b>	<b>21.381.342</b>

## RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos nos seguintes demonstrativos anexos (processo SEI 00040-00029863/2019-38, doc. 31297620):

ANEXO I – RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA: 2016 A 2023

VALORES CORRENTES EM R\$;

ANEXO II – RELATÓRIO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2020 A 2023 VALORES CORRENTES EM R\$;

ANEXO III – RELATÓRIO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS, PATRIMONIAL, AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIAS E OUTRAS RECEITAS CORRENTES ESPECIFICADAS: 2020 A 2023 VALORES CORRENTES EM R\$;

ANEXO IV – RELATÓRIO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2020 A 2023 VALORES CONSTANTES EM R\$;

ANEXO V – RELATÓRIO DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS, PATRIMONIAL, AGROPECUÁRIA, INDUSTRIAL, SERVIÇOS, TRANSFERÊNCIAS E



OUTRAS RECEITAS CORRENTES ESPECIFICADAS: 2020 A 2023 VALORES  
CONSTANTES EM R\$;

ANEXO VI – EXPANSÃO REAL DAS RECEITAS PREVISTAS: 2020 A 2023  
VALORES CONSTANTES EM R\$;

ANEXO VII – MARGEM DE EXPANSÃO NOMINAL DA RECEITA PARA 2020  
VALORES CORRENTES EM R\$;

ANEXO VIII – RELATÓRIO DA RECEITA MENSAL PREVISTA PARA 2020  
VALORES CORRENTES EM R\$.

**Anexo II, que altera o Anexo XI da Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019  
PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020**

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
isenção	A saída de combustíveis e lubrificantes para abastecimento de aeronaves nacionais com destino ao exterior.	Convênio ICMS/CONF AZ 84/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 1	1.625.967	1.685.746	1.745.054	1.806.131
isenção	A saída promovida por Depósito de Loja Franca – DELOF, instalado no Distrito Federal e autorizado pelo órgão competente do Governo Federal.	Convênio ICMS/CONF AZ 27/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 2	338.235	350.670	363.007	375.713
isenção	A prestação de serviços locais de difusão sonora.	Convênio ICMS/CONF AZ 08/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 3	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A saída de mercadorias e a prestação de serviços de transporte em decorrência de doações a entidades governamentais, ou assistenciais, reconhecidas de utilidade pública, para assistência a vítimas de calamidade pública.	Convênio ICM 26/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 4	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A entrada, em estabelecimentos do importador, de mercadorias importadas do exterior sob regime de "drawback".	Convênio ICMS/CONF AZ 27/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 5	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A saída de embarcações construídas no País, bem como a de peças, partes e componentes utilizados no reparo, consento e reconstrução de embarcações, aplicadas pela indústria naval.	Convênio ICM 33/77, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 6	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A saída de estabelecimento de empresa concessionária de energia elétrica, e o retorno a esse estabelecimento, de bens destinados a utilização em suas próprias instalações ou a guarda em outros estabelecimentos da mesma empresa, ou de bens destinados à utilização por outra empresa concessionária de energia elétrica, desde que os bens, ou outros de natureza idêntica, devam retornar ao estabelecimento remetente.	Convênio ICM 5/72, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 7	294.510	305.337	316.080	327.142
isenção	O fornecimento para consumo residencial, de energia elétrica que não ultrapasse a faixa de 50 (cinquenta) quilowatts/hora mensais.	Convênio ICMS/CONF AZ 20/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 9	25.840.814	26.790.850	27.733.410	28.704.079
isenção	O fornecimento de energia elétrica para o consumo em estabelecimentos de produtor rural, até a faixa de consumo que não ultrapasse a 50 (cinquenta) quilowatts/hora mensais.	Convênio ICMS/CONF AZ 76/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 10	1.735.113	1.798.904	1.862.193	1.927.370
isenção	Operações com equipamentos destinados a portadores de deficiência cuja aplicação seja indispensável ao seu tratamento ou locomoção, quando adquirido por instituições públicas estaduais ou entidades assistenciais sem fins lucrativos e que estejam vinculadas a programa de recuperação do portador de deficiência.	Convênio ICMS/CONF AZ 38/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 11	29.768	30.863	31.949	33.067
isenção	O recebimento de amostra, sem valor comercial, tal como definida pela legislação federal que outorga a isenção do Imposto de Importação.	Convênio ICMS/CONF AZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 12	16.851	17.471	18.085	18.718
isenção	O fornecimento de refeições efetuado por: a) estabelecimentos industriais, comerciais ou produtores, em seu próprio recinto e sem fins lucrativos, direta e exclusivamente a seus empregados; b) agremiações estudantis, instituições de educação e assistência social, sindicatos e associações de classe, diretamente a seus empregados, associados, professores, alunos ou beneficiários.	Convênio ICM 1/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 13	270.751	280.705	290.581	300.751

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	A saída interna e interestadual de frutas em estado natural, nacionais ou provenientes dos países membros da ALALC, com exceção das destinadas à industrialização, e de amêndoas, avelãs, castanhas, nozes, péras e maçãs.	Convênio ICM 44/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 14	197.154	204.402	211.593	218.999
Isenção	A saída interna e interestadual, exceto a destinada à industrialização, de hortícolas em estado natural e ovos.	Convênio ICMS/CONFAZ 44/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 15	37.706.082	39.092.343	40.467.696	41.884.066
Isenção	As saídas de produtos típicos de artesanato regional, promovidas diretamente por artesão ou por intermédio de entidade de que o artesão faça parte ou pela qual seja assistido.	Convênio ICMS/CONFAZ 32/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 16	24.840	25.753	26.659	27.592
Isenção	A saída interna e interestadual, de embrião ou sêmen congelado ou resfriado, de bovino, caprino, ovinos ou de suíno	Convênio ICMS/CONFAZ 70/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 17	1.238.750	1.284.293	1.329.477	1.376.009
Isenção	A saída de leite fluido, pasteurizado ou não, esterilizado ou reidratado, exceto UHT, em qualquer embalagem, do estabelecimento varejista, com destino a consumidor final.	Convênio ICMS/CONFAZ 25/83, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 18	45.337.664	47.004.500	48.658.220	50.361.258
Isenção	A saída, em operações internas entre estabelecimentos de uma mesma empresa, de bens integrados ao ativo imobilizado e de produtos que tenham sido adquiridos de terceiros e não sejam utilizados para comercialização ou para integrar um novo produto ou, para serem consumidos no respectivo processo de industrialização	Convênio ICMS/CONFAZ 70/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 19	22.644.533	23.477.057	24.303.031	25.153.637
Isenção	O recebimento, pelo respectivo exportador, em retorno de mercadoria exportada que: a) não tenha sido recebida pelo importador localizado no exterior; b) tenha sido recebida pelo importador localizado no exterior, contendo defeito impeditivo de sua utilização; c) tenha sido remetida para o exterior, a título de consignação mercantil, e não comercializada.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 20	10.007	10.375	10.740	11.115
Isenção	A saída de mercadorias promovida por órgão da administração pública, direta ou indireta, bem como de concessionária de serviços públicos, para fins de industrialização.	V Convênio do Rio de Janeiro de 1967, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 21	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída de mercadorias com destino a exposições ou feiras, para fins de exibição ao público em geral, desde que devam retornar ao estabelecimento de origem no prazo de 60 dias, contado da data de saída.	I Convênio do Rio de Janeiro de 1967, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 22	308.733	320.084	331.345	342.942
Isenção	O ingresso de bens procedentes do exterior integrantes de bagagem de viajante.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 23	78.968	81.871	84.752	87.718
Isenção	A saída interna de mercadorias doadas à Secretaria de Educação por contribuintes do imposto, para distribuição, também por doação, à rede oficial de ensino.	Convênio ICMS/CONFAZ 78/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 24	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A entrada e a posterior saída de mercadorias importadas, doadas por organizações internacionais ou estrangeiras ou países estrangeiros, para distribuição gratuita em programas implementados por instituição educacional ou de assistência social, relacionados com suas finalidades essenciais	Convênio ICMS/CONFAZ 55/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 25	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída interna de produtos resultantes do trabalho de reeducação dos detentos, promovidas pelos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal.	Convênio ICMS/CONFAZ 85/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 26	4.849	5.028	5.205	5.387

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	O diferencial de alíquota do ICMS, nas aquisições interestaduais de equipamentos e componentes metroferroviários, destinados à implantação do Metrô do Distrito Federal.	Convênio ICMS/CONFAZ 57/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 27	901.830	934.986	967.881	1.001.757
Isenção	A saída, a título de distribuição gratuita, de amostra de produto de diminuto ou nenhum valor comercial, desde que em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer a sua natureza, espécie e qualidade, e que traga, em caracteres bem visíveis, declaração sobre sua condição de amostra grátis.	Convênio ICMS/CONFAZ 29/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 28	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída de obras de arte, decorrente de operações realizadas pelo próprio autor.	Convênio ICMS/CONFAZ 59/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 29	14.497	15.030	15.559	16.103
Isenção	A saída de óleo lubrificante usado ou contaminado, coletado por estabelecimento coletor cadastrado e autorizado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, com destino a estabelecimento re-refinador ou coletor-revendedor, devendo o seu trânsito até o destinatário ser acobertado por Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, relativa à entrada, dispensado o estabelecimento remetente da emissão de documento fiscal.	Convênio ICMS/CONFAZ 03/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 30	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída de produtos farmacêuticos realizada por órgãos ou entidades, inclusive fundações, da Administração Pública Federal, estadual ou municipal, entre eles; ou diretamente a consumidor final, desde que efetuada por preço não superior ao custo dos produtos.	Convênio ICM 40/75, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 31	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A entrada dos remédios, sem similar nacional, importados do exterior diretamente pela APAE - Associação de Pais e Amigos e Excepcionais.	Convênio ICMS/CONFAZ 41/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 32	15.405	15.971	16.533	17.111
Isenção	A importação do exterior de reprodutores e matrizes caprinos de comprovada superioridade genética, quando efetuada diretamente por produtor devidamente inscrito no CF/DF.	Convênio ICMS/CONFAZ 20/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 33	16.493	17.099	17.701	18.320
Isenção	As operações com reprodutores e matrizes de animais vacuns, ovinos, suínos e bufalinos, puros de origem ou puros por cruz, que tiveram registro genealógico oficial, com destino a estabelecimento agropecuário devidamente inscrito no cadastro fiscal da unidade federada em que esteja situado ou, quando não exigido, inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, no Cadastro do Imposto Territorial Rural - ITR ou por outro meio de prova.	Convênio ICMS/CONFAZ 35/77, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 34	1.226.494	1.271.586	1.316.323	1.362.394
Isenção	A entrada de mercadorias importadas do exterior para utilização no processo de fracionamento e industrialização de componentes e derivados de sangue ou na sua embalagem, acondicionamento ou acondicionamento, desde que realizado por órgãos e entidades de hematologia e hemoterapia dos Governos federal, estadual ou municipal, sem fins lucrativos.	Convênio ICMS/CONFAZ 24/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 36	4.849	5.028	5.205	5.387



PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	O recebimento de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos médico-hospitalares ou técnico-científicos laboratoriais, sem similar produzido no país, importados do exterior diretamente por órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como fundações ou entidades beneficentes ou de assistência social portadoras do certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, fornecido pelo Conselho Nacional de Serviço Social.	Convênio ICMS/CONFAZ 104/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 37	2.048.963	2.124.293	2.199.030	2.275.996
Isenção	A prestação de serviços de transporte interestadual rodoviário de passageiros, realizada por veículos registrados na categoria de aluguel (táxi).	Convênio ICMS/CONFAZ 99/89, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 38	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A entrada de máquina, equipamento, aparelho, instrumento ou material, ou seus respectivos acessórios, sobressalentes ou ferramentas, de procedência estrangeira, no estabelecimento do importador.	Convênio ICMS/CONFAZ 130/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 39	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída de trava-blocos para a construção de casas populares vinculadas a programas habitacionais para a população de baixa renda, promovida por Municípios ou por associações de Municípios, por entidades da Administração Pública indireta estadual ou municipal.	Convênio ICMS/CONFAZ 35/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 41	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída de vasilhames, recipientes e embalagens, inclusive sacaria, quando não cobrados do destinatário ou não computados no valor das mercadorias que acondicionam, e desde que devam retornar ao estabelecimento remetente ou a outro do mesmo titular, bem como aquela relacionada com a destroca de botijões vazios (vasilhame) destinados ao acondicionamento de gás liquefeito de petróleo (GLP), promovida por distribuidor de gás, como tal definido pela legislação federal específica, seus revendedores credenciados e pelos estabelecimentos responsáveis pela destroca dos botijões.	Convênio ICMS/CONFAZ 88/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 42	498.765	517.102	535.295	554.031
Isenção	A saída interna de veículos, bem como a parcela do imposto devida ao Distrito Federal nas operações realizadas na forma prevista no Convênio ICMS 51/00, quando adquiridos pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, no âmbito do "Programa de Reequipamento Policial" da Polícia Militar e pela Secretaria de Estado Fazenda do Distrito Federal, para reequipamento da fiscalização distrital. (NR)	Convênio ICMS/CONFAZ 34/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 43	1.832.682	1.900.060	1.966.908	2.035.750
Isenção	As saídas, em operações internas e interestaduais, de peças de argamasa armada e concreto armado do estabelecimento fabricante com destino ao local de construção dos Centros Integrados de Apoio à Criança - CIAC, promovidas por empresas construtoras responsáveis pelo serviço.	Convênio ICMS/CONFAZ 126/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 45	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída interna de produtos resultantes das aulas práticas em cursos profissionalizantes, ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.	Convênio ICMS/CONFAZ 11/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 46	999.674	1.036.427	1.072.891	1.110.442

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	A entrada das mercadorias relacionadas no Convênio ICMS 35/93, classificadas nos códigos da NBM/SH, sem similar nacional, importadas diretamente do exterior para integrar o ativo fixo do importador, desde que tenham sido beneficiadas com isenção dos impostos de importação e sobre Produtos Industrializados, ou contempladas com alíquota zero.	Convênio ICMS/CONFAZ 35/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 47	78.455	81.339	84.201	87.148
Isenção	O recebimento de mercadorias importadas do exterior, sem similar nacional, por órgãos da Administração Pública Direta do Distrito Federal, suas autarquias ou fundações, destinadas a integrar o seu ativo imobilizado, ou para seu uso ou consumo.	Convênio ICMS/CONFAZ 48/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 48	4.564.694	4.732.514	4.899.014	5.070.480
Isenção	As saídas de produtos industrializados de origem nacional para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, nas Áreas de Livre Comércio e outras.	Convênio ICMS/CONFAZ 45/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 49	16.900.099	17.521.430	18.137.872	18.772.697
Isenção	As entradas de produtos importados do exterior, decorrentes de doações feitas pela ONU, OEA, BID ou por suas agências especializadas, realizadas com isenção do imposto de importação e do imposto sobre Produtos Industrializados, ou com alíquotas reduzidas a zero, e destinados a execução de Programas Oficiais de Governo.	Convênio ICMS/CONFAZ 113/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 52	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações com os equipamentos ou acessórios destinados a portadores de deficiência física ou auditiva	Convênio ICMS/CONFAZ 126/10, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 53	195.964	203.169	210.317	217.678
Isenção	As saídas, em razão de doação, de produtos alimentícios considerados "perdas", com destino aos estabelecimentos do Banco de Alimentos (Food Bank) e do Instituto de Integração e de Promoção da Cidadania (INTEGRA).	Convênio ICMS/CONFAZ 136/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 54	189.376	196.338	203.246	210.360
Isenção	O recebimento, pelo respectivo importador, de mercadoria remetida pelo exportador localizado no exterior, para fins de substituição, tendo em vista a mercadoria importada ter sido devolvida por defeito impeditivo de sua utilização, desde que tenha sido pago o imposto no recebimento da mercadoria substituída.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 58	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	O recebimento de bens contidos em encomendas aéreas internacionais ou remessas postais, destinados a pessoas físicas, de valor FOB não superior a US \$ 50,00 (cinquenta dólares dos Estados Unidos da América) ou equivalente em outra moeda, dispensada a apresentação da declaração do ICMS na entrada de mercadoria estrangeira.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 59	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	O recebimento de medicamentos importados do exterior por pessoa física.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 60	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A diferença existente entre o valor do imposto apurado com base na taxa cambial vigente no momento da ocorrência do fato gerador e o valor do imposto apurado com base na taxa cambial utilizada pela Secretaria da Receita Federal, para cálculo dos impostos federais na importação de mercadorias ou bens sujeitos ao regime de tributação simplificada.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 61	4.849	5.028	5.205	5.387



PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	A importação de aparelhos, máquinas e equipamentos, instrumentos técnico-científicos laboratoriais, partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica, realizadas diretamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA.	Convênio ICMS/CONFAZ 64/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 62	486.082	503.953	521.683	539.942
Isenção	O recebimento de mercadorias ou bens importados do exterior, que estejam isentos do imposto de importação e também sujeitos ao Regime de Tributação Simplificada, dispensada a apresentação da Declaração de Exoneração do ICMS.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 63	45.385	47.053	48.709	50.413
Isenção	No desembaraço aduaneiro decorrente de importação do exterior de tratores agrícolas de quatro rodas e de colheitadeiras mecânicas de algodão, classificados, respectivamente, no Código 8701.90.00 e na subposição 8433.59 da NBM/SH, sem similar produzido no país, quando a importação for efetuada diretamente do exterior para integração do ativo imobilizado, para uso exclusivo na atividade agrícola realizada pelo estabelecimento importador, desde que contemplados com isenção ou com alíquota zero dos impostos de importação e sobre Produtos Industrializados.	Convênio ICMS/CONFAZ 77/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 64	394.011	408.496	422.868	437.669
Isenção	As prestações de serviços de transporte ferroviário de carga vinculadas a operações de exportação e importação de países signatários do "Acordo sobre o Transporte Internacional", e desde que ocorram as situações previstas no Convênio ICMS nº 30/96	Convênio ICMS/CONFAZ 30/96, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 65	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	Doações de produtos importados a órgãos da Administração Pública, fundações ou entidades beneficentes	Convênio ICMS/CONFAZ 80/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 66	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As aquisições, a qualquer título, efetuada pelos órgãos da administração pública, direta e indireta, de equipamentos científicos e de informática, suas partes, peças de reposição e acessórios, bem como de reagentes químicos, desde que os produtos adquiridos não possuam similar nacional.	Convênio ICMS/CONFAZ 80/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 67	450.151	466.701	483.121	500.030
Isenção	A saída de mercadorias decorrentes de doações efetuadas ao Governo do Distrito Federal para distribuição gratuita a pessoas necessitadas ou vítimas de catástrofes, em decorrência de programa instituído para esse fim, bem como à prestação de serviço de transporte daquelas mercadorias.	Convênio ICMS/CONFAZ 82/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 68	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	No desembaraço aduaneiro de bens importados, destinados à implantação de projeto de saneamento básico pela Companhia de Água e Esgoto de Brasília-CAESB, como resultado de concorrência internacional.	Convênio ICMS/CONFAZ 42/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 71	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações interestaduais de transferências de bens de ativo fixo e de uso e consumo realizadas pelas empresas prestadoras de serviços de transporte aéreo.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 74	143.521	148.797	154.032	159.423
Isenção	As operações internas com medicamentos quimioterápicos usados no tratamento de câncer.	Convênio ICMS/CONFAZ 162/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 75	1.793.277	1.859.206	1.924.617	1.991.979
Isenção	As operações com preservativos classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH.	Convênio ICMS/CONFAZ 116/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 79	921.604	955.486	989.102	1.023.721

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Operações com equipamentos e componentes para o aproveitamento das energias solar e eólica.	Convênio ICMS/CONFAP 101/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 80	924.807	958.808	992.541	1.027.280
Isenção	As operações indicadas no Convênio ICMS 09/99, referente a insumos da fabricação de álcool combustível.	Convênio ICMS/CONFAP 09/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 81	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída interna dos insumos agropecuários listados no Convênio 100/97.	Convênio ICMS/CONFAP 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 82 a 92	5.810.458	6.024.079	6.236.020	6.454.280
Isenção	Aquisição de veículo automotor por taxista	Convênio ICMS/CONFAP 38/01, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 93	2.532.371	2.625.474	2.717.844	2.812.968
Isenção	Operações com produtos e equipamentos utilizados em diagnósticos em imunohematologia, sorologia e coagulação, destinados a órgãos ou entidades da administração pública, direta ou indireta, bem como suas autarquias e fundações.	Convênio ICMS/CONFAP 84/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 94	287.342	297.906	308.387	319.181
Isenção	As operações que destinem equipamentos didáticos, científicos e médico-hospitalares, inclusive peças de reposição e os materiais necessários às respectivas instalações, ao Ministério da Educação e do Desporto – MEC para atender ao "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários" instituído pela Portaria nº 469, de 25 de março de 1997, do Ministério da Educação e do Desporto.	Convênio ICMS/CONFAP 123/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 95	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações com produtos arrolados nos itens 82 a 92, e com máquinas e equipamentos para uso exclusivo na agricultura e na pecuária, quando destinados a contribuintes abrangidos pelo Projeto Integrado de exploração Agropecuária e Agroindustrial do Estado de Roraima com vista a recuperação da agropecuária, a qual foi assolada pelo fogo.	Convênio ICMS/CONFAP 62/03, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 97	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações de bens do ativo imobilizado, relativamente ao diferencial de alíquotas, na aquisição interestadual pela EMBRAPA de bens do ativo imobilizado e de uso ou consumo; bem como a remessa de animais para a Empresa.	Convênio ICMS/CONFAP 47/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 98	464.478	481.555	498.497	515.944
Isenção	Operações e prestações de saídas de mercadorias, doadas a entidades da administração indireta da União e do Distrito Federal ou às entidades assistenciais reconhecidas como de utilidade pública, para assistência às vítimas de situação de seca nacionalmente reconhecida, na área de abrangência da SUDENE.	Convênio ICMS/CONFAP 57/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 99	21.707	22.505	23.296	24.112
Isenção	O recebimento do exterior decorrente de retorno de mercadorias que tenham sido remetidas com destino a exposição ou feira, para fins de exposição ao público em geral, desde que o retorno ocorra dentro de 60 (sessenta) dias contados da sua saída.	Convênio ICMS/CONFAP 18/95, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 100	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As importações realizadas pela Fundação Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde dos produtos imunobiológicos, kits diagnósticos, medicamentos e inseticidas destinados às campanhas de vacinação, Programas Nacionais de combate à dengue, malária, febre amarela.	Convênio ICMS/CONFAP 95/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 101	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações com os equipamentos e insumos da área de saúde relacionados no Convênio ICMS 01/99	Convênio ICMS/CONFAP 01/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 103	198.662	205.966	213.212	220.675

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	As operações com Coletores Eletrônicos de Voto (CEV), suas partes, peças de reposição e acessórios, adquiridos diretamente pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE.	Convênio ICMS/CONFAZ 75/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 104	1.336.251	1.385.378	1.434.119	1.484.313
Isenção	As saídas internas das mercadorias que compõem a cesta básica, adquiridas pelo Governo do Distrito Federal e destinadas ao Programa de Fortalecimento às Famílias de Baixa Renda: arroz, açúcar cristal, feijão, óleo de soja, macarrão espaguete comum, farinha de mandioca, sal refinado, rapadura ou goiabada, extrato de tomate, charque ou sardinha, café torrado e moído, pão, leite e fubá de milho.	Convênio ICMS/CONFAZ 08/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 106	1.539.907	1.596.522	1.652.691	1.710.535
Isenção	A doação de microcomputador usado (semi-novo) para associações destinadas a portadores de deficiência e comunidades carentes, efetuadas diretamente pelos fabricantes ou suas filiais.	Convênio ICMS/CONFAZ 43/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 107	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As saídas de bolas de aço forjadas e fundidas de estabelecimentos industriais localizados no Distrito Federal, com destino a empresas exportadoras de minérios e importadoras das citadas mercadorias pelo regime de "draw back".	Convênio ICMS/CONFAZ 33/01, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 111	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As saídas de embalagens vazias de agrotóxicos e respectivas tampas, realizadas sem ônus, pela obrigatoriedade de devolução estabelecida em normas federais (Lei Federal 7.902/89 e Decreto 98.816/90).	Convênio ICMS/CONFAZ 42/01, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 112	394.011	408.496	422.868	437.669
Isenção	A operação de importação do exterior de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, suas partes e peças de reposição e acessórios, e de matérias-primas e produtos intermediários, em que a importação seja beneficiada com as isenções previstas na Lei Federal nº 8.010/90, pelas instituições que especifica.	Convênio ICMS/CONFAZ 93/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 113	1.153.177	1.195.573	1.237.636	1.280.954
Isenção	A importação de bens do exterior realizada pelo Senado Federal.	Convênio ICMS/CONFAZ 103/00, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 116	45.259	46.923	48.574	50.274
Isenção	A importação e a saída interna e interestadual de medicamentos para tratamento da AIDS, bem como dos produtos destinados à sua produção.	Convênio ICMS/CONFAZ 10/02, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 118	1.593.445	1.652.028	1.710.150	1.770.005
Isenção	A operação decorrente da importação do exterior, realizada por universidades públicas ou por fundações educacionais de ensino superior, instituídas e mantidas pelo poder público, de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, destinados à utilização em atividades de ensino ou pesquisa, sem similar produzido no país.	Convênio ICMS/CONFAZ 31/02, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 120	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações realizadas com os fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta e Indireta Federal, Estadual e Municipal e a suas fundações públicas.	Convênio ICMS/CONFAZ 87/02, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 121	11.187.796	11.599.114	12.007.196	12.427.448
Isenção	Nas operações de importação amparadas pelo Regime Especial Aduaneiro de Admissão Temporária será concedida isenção quando o desembaraço aduaneiro for efetuado sem o pagamento dos impostos federais.	Convênio ICMS/CONFAZ 58/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, itens 122 e 157	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações realizadas com os medicamentos relacionados no Convênio 140/01	Convênio ICMS/CONFAZ 140/01, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 123	4.849	5.028	5.205	5.387

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	As saídas de mercadorias, em decorrência das doações, nas operações internas e interestaduais destinadas ao atendimento do Programa intitulado Fome Zero.	Convênio ICMS/CONFAZ 18/03, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 124	817.080	847.120	876.924	907.616
Isenção	A saída interna de gipsita britada destinada ao uso na agropecuária ou à fabricação de sal mineralizado.	Convênio ICMS/CONFAZ 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 125	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	A saída interna casca de coco triturada para uso na agricultura.	Convênio ICMS/CONFAZ 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 126	4.864	5.043	5.221	5.403
Isenção	A saída interna de vermiculita para uso como condicionador e ativador de solo.	Convênio ICMS/CONFAZ 105/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 127	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	Saídas de Mercadorias na "Festa dos Estados"	Convênio ICMS/CONFAZ 105/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 129	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	Aquisição de veículo automotor por portador de deficiência física	Convênio ICMS/CONFAZ 38/12, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 130	4.201.198	4.355.654	4.508.896	4.666.707
Isenção	A operação de importação do exterior de aparelhos, máquinas, equipamentos e instrumentos, suas partes e peças de reposição e acessórios, e de matérias-primas e produtos intermediários, beneficiada com as isenções previstas na Lei Federal nº 8.010/90, realizada pelas fundações de apoio à Fundação Universidade de Brasília.	Convênio ICMS/CONFAZ 51/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 131	244.346	253.329	262.242	271.420
Isenção	Saídas referentes ao evento denominado "Mc Dia Feliz"	Convênio ICMS/CONFAZ 84/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 132	150.803	156.347	161.848	167.512
Isenção	A saída de pilhas e baterias usadas após o seu esgotamento energético, que contêm em sua composição chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos e que tenham como objetivo sua reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.	Convênio ICMS/CONFAZ 27/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 133	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As operações com mercadorias, bem como as prestações de serviços de transporte a elas relativas, destinadas a programas de fortalecimento e modernização das áreas fiscal, de gestão, de planejamento e de controle externo, dos Estados e do Distrito Federal, adquiridas através de licitações ou contratações efetuadas dentro das normas estabelecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.	Convênio ICMS/CONFAZ 79/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 135	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	As saídas internas a pessoa física, consumidor final de produtos farmacêuticos, promovidas pelas farmácias que façam parte do Programa Farmácia Popular do Brasil.	Convênio ICMS/CONFAZ 81/08, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 136	76.293	79.098	81.881	84.747
Isenção	A importação do exterior, efetuada pelo METRO-DF, ou por sua conta e ordem, de equipamentos ferroviários denominados tornos horizontais, subterrâneos, com dois cabepotes, para reperfilamento de rodas de rodéiros ferroviários.	Convênio ICMS/CONFAZ 122/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 137	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	Saídas de medidores de vazão e condutivímetros, e de aparelhos para o controle, registro e gravação dos quantitativos medidos, adquiridos por estabelecimentos industriais fabricantes dos produtos classificados nas posições 2202 e 2203 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI).	Convênio ICMS/CONFAZ 69/06, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 138	47.798	49.555	51.299	53.094

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
isenção	A operação de circulação de mercadorias caracterizada pela emissão e negociação do Certificado de Depósito Agropecuário - CDA e do Warrant Agropecuário - WA, nos mercados de bolsa e de balcão como ativos financeiros, instituídos pela Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.	Convênio ICMS/CONFAZ 30/06, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 140	1.877.814	1.946.852	2.015.346	2.085.883
isenção	As operações internas com veículos e equipamentos adquiridos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.	Convênio ICMS/CONFAZ 152/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 142	117.069	121.373	125.643	130.041
isenção	As operações com ônibus, microônibus, e embarcações, destinados ao transporte escolar, adquiridos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito do Programa Caminho da Escola, do Ministério da Educação - MEC, instituído pela RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 003, de 28 de março de 2007.	Convênio ICMS/CONFAZ 53/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 143	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	Importação do exterior de materiais destinados à manutenção e ao reparo de aeronave pertencente à empresa autorizada a operar no transporte comercial internacional.	Convênio ICMS/CONFAZ 09/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 144	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas respectivas partes, peças e acessórios, sem similar produzido no País, efetuada por empresa concessionária da prestação de serviços públicos de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.	Convênio ICMS/CONFAZ 10/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 145	161.754	167.701	173.601	179.677
isenção	Saídas promovidas por lojas francas ("free-shops") instaladas nas zonas primárias dos aeroportos de categoria internacional.	Convênio ICMS/CONFAZ 91/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 146	1.603.761	1.662.723	1.721.221	1.781.464
isenção	Saídas internas promovidas por distribuidoras de combustível, que destinem óleo diesel às empresas concessionárias ou permissionárias de transporte coletivo urbano do Distrito Federal.	Lei Distrital nº 4.242/08, regulamentada no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 147	46.982.918	48.710.242	50.423.974	52.188.813
isenção	A remessa da peça defeituosa para o fabricante promovida pelo estabelecimento ou pela oficina credenciada ou autorizada, desde que a remessa ocorra até trinta dias depois do prazo de vencimento da garantia.	Convênio ICMS/CONFAZ 27/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 148	156.573	162.329	168.040	173.922
isenção	A remessa da peça defeituosa para o fabricante de veículos autopropulsados promovida pelo seu concessionário ou pela oficina autorizada, desde que a remessa ocorra até trinta dias depois do prazo de vencimento da garantia.	Convênio ICMS/CONFAZ 129/06, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 149	574.911	596.047	617.017	638.613
isenção	Operações com as mercadorias adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo - em seu Projeto Especial Um Computador por Aluno - UCA -, do Ministério da Educação - MEC	Convênio ICMS/CONFAZ 147/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 151	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A prestação de serviço de comunicação referente ao acesso a internet e ao de conectividade em banda larga no âmbito do Programa Governo Eletrônico de Serviço de Atendimento do Cidadão - GESAC, instituído pelo Governo Federal.	Convênio ICMS/CONFAZ 141/07, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 152	158.787	164.624	170.416	176.381

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
isenção	As importações de mercadorias do exterior, sem similar produzido no país, por órgãos e da Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações, destinadas a integrar o seu ativo imobilizado ou para seu uso ou consumo.	Convênio ICMS/CONFAZ 91/00, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 154	470.897	488.209	505.385	523.074
isenção	Importação do exterior de fármacos e medicamentos destinados ao tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida – AIDS – e de outras enfermidades, efetuada pelo Ministério da Saúde, exclusivamente por força de decisão judicial.	Convênio ICMS/CONFAZ 140/08, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 155	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	As importações do exterior efetuadas pelo Ministério da Justiça de bens destinados às ações de segurança pública, adquiridos sob o amparo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.	Convênio ICMS/CONFAZ 14/09, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 156	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	A remessa de peça aeronáutica defeituosa para o fabricante, e de peça nova em substituição à defeituosa, por empresa nacional da indústria aeronáutica, por estabelecimento de rede de comercialização de produtos aeronáuticos, ou por oficinas reparadoras ou de conserto e manutenção de aeronaves.	Convênio ICMS/CONFAZ 26/09, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 158	5.938.867	6.157.209	6.373.833	6.596.917
isenção	As operações com fosfato de oseltamivir, vinculadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil, Aqui Tem Farmácia Popular e destinadas ao tratamento dos portadores da Gripe A (H1N1).	Convênio ICMS/CONFAZ 73/10, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 161	3.667	3.801	3.935	4.073
isenção	As operações com pneus usados, mesmo que recuperados de abandono, que tenham como objetivo sua reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada.	Convênio ICMS/CONFAZ 33/10, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 162	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	As operações e prestações na aquisição de equipamentos de segurança eletrônica realizadas através do Departamento Penitenciário Nacional.	Convênio ICMS/CONFAZ 43/10, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 163	413.300	428.495	443.570	459.095
isenção	As operações internas e interestaduais com maçã e pêra.	Convênio ICMS/CONFAZ 94/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 164	21.100.676	21.876.441	22.646.101	23.438.715
isenção	Importação de equipamento médico-hospitalar, sem similar produzido no País, realizada por clínica ou hospital que se comprometa a prestar serviços médicos, exames radiológicos, de diagnóstico por imagem e laboratoriais para as Secretarias Estaduais de Saúde	Convênio ICMS/CONFAZ 05/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 166	1.217.164	1.261.913	1.306.310	1.352.030
isenção	Fornecimento de alimentação oriunda de aulas práticas promovidas pelo Restaurante/Escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC	Convênio ICMS/CONFAZ 05/93, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 176	1.908.669	1.978.842	2.048.461	2.120.158
isenção	Operações de saída de gênero alimentício destinado à merenda escolar.	Convênios ICMS 143/10 e 55/11, regulamentados no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 177 e 178	2.455.123	2.545.386	2.634.938	2.727.161
isenção	Saídas internas de produtos previstos na Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, ou outro diploma que venha a substituí-la, com destino a estabelecimento localizado em Zona de Processamento de Exportação – ZPE	Convênio ICMS 99/98, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 179	4.849	5.028	5.205	5.387
isenção	Saída interna de condicionadores de solo e substratos para plantas.	Convênio ICMS 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 180	90.686	94.020	97.328	100.734

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Saída interna de torta de filtro e bagaço de cana, cascas e serragem de pinus e eucalipto, turfa, torta de oleaginosas, resíduo da indústria de celulose (dregs e grits), ossos de bovino autoclavado, borra de carnaúba, cinzas, resíduos agroindustriais orgânicos.	Convênio ICMS 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno I, item 181	589.457	611.128	632.629	654.771
Isenção	Saída de flores comestíveis, produtos agropecuários, tratores e colheitadeiras, animais exóticos e peixes.	Decreto nº 39.828/19	2.870.381	2.975.910	3.080.609	3.188.430
Isenção	Nas operações internas com aparas de papel, caco de vidro, embalagem plástica e papel usados; fragmento, retalho, resíduo e desperdício de plástico, de borracha, de pneumático e de couro; e sucata de qualquer tipo de material.	Decreto nº 40.036/2019	25.811.678	26.760.642	27.702.140	28.671.715
Isenção	Operações internas relativas à circulação de energia elétrica, sujeitas a faturamento sob o Sistema de Compensação de Energia Elétrica	Convênios ICMS 16/15 e 130/15	191.626	198.671	205.661	212.859
Isenção	Venda de bens e mercadorias nos eventos promovidos pela Associação Grupo dos Cônjuges dos Chefes de Missão - GCCM, CNPJ 23.649.214/0001-99	Convênio ICMS 137/15	105.761	109.649	113.507	117.480
Isenção	Operações com bens e mercadorias digitais, tais como softwares, programas, jogos eletrônicos, aplicativos, arquivos eletrônicos e congêneres, que sejam padronizados, ainda que tenham sido ou possam ser adaptados, comercializadas a não consumidor final.	Convênio ICMS 106/17	4.849	5.028	5.205	5.387
Isenção	Diferencial de alíquota (DIFAL) nas operações interestaduais para contribuintes Simples Nacional	Projeto de Lei a ser enviado à CLDF	86.104.903	89.270.543	92.411.275	95.645.669
Isenção	Isenção do SIMPLES para empresas com Receita Bruta Total RBT de até R\$ 720.000,00.	Projeto de Lei nº 307/2019	70.108.212	72.866.065	75.637.640	78.491.945
Isenção	Saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	Minuta de Convênio ICMS a ser enviada ao CONFAZ (Processo SEI)	5.630.970	5.837.992	6.043.385	6.254.904
Redução de Alíquota	Redução da alíquota para até 7% na saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	Projeto de Lei a ser enviado à CLDF (Processo SEI)	4.788.975	4.965.041	5.139.722	5.319.612
Redução de Base de Cálculo	Operações internas, interestaduais e de importação de aviões, helicópteros e suas peças	Convênio ICMS/CONFAZ 75/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 01	1.883.559	1.952.808	2.021.512	2.092.265
Redução de Base de Cálculo	Operações internas com equinos puro sangue	Convênio ICMS/CONFAZ 50/92, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 02	4.849	5.028	5.205	5.387
Redução de Base de Cálculo	Saída interna de leite pasteurizado tipo "c"	Convênio ICMS/CONFAZ 25/83, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 03	1.392.062	1.443.241	1.494.017	1.546.308
Redução de Base de Cálculo	Saídas internas e interestaduais de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	Convênio ICMS/CONFAZ 52/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 04	2.176.912	2.256.946	2.336.350	2.418.122
Redução de Base de Cálculo	Operações internas e saídas interestaduais de máquinas e implementos agrícolas	Convênio ICMS/CONFAZ 52/91, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 05	6.715.236	6.962.121	7.207.063	7.459.310
Redução de Base de Cálculo	Saída de máquinas, aparelhos, veículos, móveis, motores e vestuário usados	Convênio ICMS/CONFAZ 15/81, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 06	682.828	707.932	732.839	758.488
Redução de Base de Cálculo	Saída interna de mercadorias que compõem a cesta básica.	Convênio ICMS/CONFAZ 128/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 11 e projeto de lei a ser encaminhado à CLDF, incluindo na cesta básica a carne de frango e o leite UHT	166.626.596	172.752.611	178.830.423	185.089.488
Redução de Base de Cálculo	Prestação de serviços de radiocomunicação	Convênio ICMS/CONFAZ 86/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 12	4.849	5.028	5.205	5.387
Redução de Base de Cálculo	Saída interna de produtos da indústria de informática e automação	Lei 1.254/96, regulamentada no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 14	54.883.551	56.901.340	58.903.253	60.964.867

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Redução de Base de Cálculo	Saída interna de papel, formulário contínuo e impressos	Lei 1.254/96, regulamentada no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 15	1.630.041	1.689.969	1.749.426	1.810.656
Redução de Base de Cálculo	Prestações de serviços de transporte aéreo	Convênio ICMS/CONFAP 120/96, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 17	1.017.441	1.054.847	1.091.959	1.130.178
Redução de Base de Cálculo	Saídas interestaduais de insumos agropecuários	Convênio ICMS/CONFAP 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, itens: 18 a 28; 36, 39, 41 e 50	7.100.337	7.361.381	7.620.370	7.887.083
Redução de Base de Cálculo	Saídas internas de materiais de construção	Convênio ICMS/CONFAP 50/93 e 13/94, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, itens 29 e 33	2.294.416	2.378.770	2.462.460	2.548.646
Redução de Base de Cálculo	Prestações de serviço de acesso à internet	Convênio ICMS/CONFAP 78/01, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 34	35.740.305	37.054.295	38.357.945	39.700.473
Redução de Base de Cálculo	Operações interestaduais com pneumáticos e câmaras-de-ar de borracha	Convênio ICMS/CONFAP 06/09, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 35	4.849	5.028	5.205	5.387
Redução de Base de Cálculo	Operações de importação amparadas pelo Regime Especial Aduaneiro de Admissão Temporária.	Convênio ICMS/CONFAP 58/99, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, itens 37 e 49	1.773.123	1.838.311	1.902.987	1.969.592
Redução de Base de Cálculo	Operações realizadas por produtor rural com produtos agropecuários diversos	Lei 2.708/01, regulamentada no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 38	81.924.461	84.936.408	87.924.656	91.002.018
Redução de Base de Cálculo	Operações interestaduais com caminhões e veículos específicos, realizadas por estabelecimento fabricante ou importador.	Convênio ICMS/CONFAP 133/02, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 40	103.167	106.960	110.723	114.598
Redução de Base de Cálculo	Operações com carne e demais produtos resultantes do abate de aves, leporídeos, carne bovina.	Convênio ICMS/CONFAP 89/05, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 42	23.010.792	23.856.783	24.696.116	25.560.480
Redução de Base de Cálculo	Dedução da parcela das contribuições para o PIS/PASEP e a COFINS, referente às operações subsequentes, da base de cálculo do ICMS nas operações com os produtos indicados no "caput" do art. 1º da Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000	Convênio ICMS/CONFAP 34/06, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 43	1.463.492	1.517.297	1.570.679	1.625.653
Redução de Base de Cálculo	Operações com gás natural veicular - GNV	Convênio ICMS/CONFAP 89/04, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 44	732.564	759.496	786.217	813.735
Redução de Base de Cálculo	Operações com biodiesel (B-100)	Convênio ICMS/CONFAP 113/06, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 46	4.849	5.028	5.205	5.387
Redução de Base de Cálculo	Operações de saída interestadual de extrato pirolenhoso decantado, piro alho, sílicio líquido piro alho e bio bire plus, para uso na agropecuária.	Convênio ICMS/CONFAP 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 47	180.708	187.352	193.944	200.732
Redução de Base de Cálculo	Prestação de serviços de televisão por assinatura.	Convênio ICMS/CONFAP 78/15, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 48	56.882.739	58.974.029	61.048.864	63.185.574
Redução de Base de Cálculo	Saída interestadual de condicionadores de solo e substratos para plantas.	Convênio ICMS/CONFAP 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 51	87.859	91.089	94.294	97.594
Redução de Base de Cálculo	Saída interestadual de torta de filtro e bagaço de cana, cascas e serragem de pinus e eucalipto, turfa, torta de oleaginosas, resíduo da indústria de celulose, ossos de bovino autoclavado, borra de carnatuba, cinzas, resíduos agroindustriais orgânicos, utilizados como matéria prima na fabricação de insumos para a agricultura.	Convênio ICMS/CONFAP 100/97, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 52	571.085	592.081	612.912	634.364
Redução de Base de Cálculo	Operações internas com sucatas de papel, vidro e plástico destinadas à indústria de reciclagem.	Convênio ICMS/CONFAP 07/13, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 53	59.500	61.687	63.858	66.093
Redução de Base de Cálculo	Operações de vendas de mercadorias promovidas por cooperativas singulares de produtores agropecuários e extrativistas vegetais recebidas de seus cooperados ou com os produtos resultantes de sua industrialização ou beneficiamento.	Convênio ICMS/CONFAP 102/11, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 54	256.563	265.996	275.354	284.991
Redução de Base de Cálculo	Operações com querosene de aviação (QAV)	Convênio ICMS/CONFAP 188/17, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997 Anexo I, caderno II, item 55	73.814.425	76.528.207	79.220.635	81.993.357

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ICMS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Redução de Base de Cálculo	Operações relativas aos serviços de comunicação prestados a central de atendimento telefônico na modalidade denominada call center	Lei nº 4.233/08, art. 1º, inc. I	886.052	918.628	950.947	984.230
Redução de Base de Cálculo	Exclusão da gorjeta da base de cálculo do ICMS incidente no fornecimento de alimentação e bebidas promovido por bares, restaurantes, hotéis e estabelecimentos similares.	Convênio ICMS 125/11	1.336.809	1.385.956	1.434.717	1.484.932
Redução de Base de Cálculo	Operações de importação realizadas por empresas do Operações Nacional.	Convênio ICMS 61/12	13.690	14.193	14.692	15.206
Redução de Base de Cálculo	Saídas de bens, materiais ou peças com defeito, na prestação de serviços de assistência técnica, manutenção e reparo prevista no Ajuste SINIEF 14/17.	Convênio ICMS 104/17	3.718.002	3.854.694	3.990.311	4.129.972
Crédito presumido	Serviço de transporte aéreo, opcionalmente, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação tributária.	Convênio ICMS/CONFAZ 120/96, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997, Anexo I, Caderno III item 1	2.445.390	2.535.295	2.624.492	2.716.349
Crédito presumido	Serviço de transporte, opcionalmente, em substituição ao sistema de tributação previsto na legislação tributária.	Convênio ICMS/CONFAZ 106/96, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997, Anexo I, Caderno III item 2	1.962.229	2.034.370	2.105.943	2.179.651
Crédito presumido	Saídas de obras de arte recebidas diretamente do autor com isenção do imposto.	Convênios ICMS/CONFAZ 56/10, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997, Anexo I, Caderno III item 4	981.113	1.017.183	1.052.970	1.089.824
Crédito presumido	Direitos autorais, artísticos e conexos pagos pelas empresas produtoras de discos fonográficos e de outros suportes com sons gravados.	Convênio ICMS/CONFAZ 23/90, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997, Anexo I, Caderno III item 7	4.849	5.028	5.205	5.387
Crédito presumido	Operações serviços de telecomunicações.	Convênio ICMS/CONFAZ 56/12, regulamentado no Decreto nº 18.955/1997, Anexo I, Caderno III item 9	10.043.081	10.412.314	10.778.642	11.155.895
Crédito presumido	Realização de projetos culturais.	Lei nº 5.021/13, art. 1º e Convênios ICMS 27/06, 145/11 e 101/12	10.969.398	11.372.687	11.772.803	12.184.851
Crédito presumido	Ao contribuinte comerciante atacadista, na saída interestadual que destine mercadoria para comercialização, produção ou industrialização	Decreto nº 39.753/2019	266.001.097	275.780.608	285.483.168	295.475.079
Crédito presumido	Aos empreendimentos econômicos produtivos enquadrados no Programa de Incentivo Fiscal à Industrialização e o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal (EMPREGA - DF)	Decreto nº 39.803/2019	51.789.670	53.693.714	55.582.775	57.528.172
Crédito presumido	Aos estabelecimentos industriais na aquisição de produtos reciclados e de material destinado a reciclagem	Decreto nº 40.036/2019	1.532.556	1.588.900	1.644.801	1.702.369
Crédito presumido	Saída interna de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microervejeiro	Decreto nº 40.337/2019	21.219	21.999	22.773	23.570
Crédito presumido	Base de cálculo da substituição tributária de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microervejeiro	Proposta de alteração do Decreto nº 40.337/2019 (processo SEI 00040-00022463/2019-00)	109.954	113.997	118.007	122.138
Outros	Regime simplificado de tributação ao contribuinte que exerça atividade preponderante de restaurantes, bares e estabelecimentos similares ou de empresas preparadoras de refeições coletivas	Lei nº 3.168/2003	127.361.650	132.044.092	136.689.690	141.473.829
Outros	Regime diferenciado de tributação aplicado aos contribuintes industriais, atacadistas ou distribuidores	Lei nº 5.005/2012	768.222.039	796.465.667	824.487.057	853.344.104
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	592.571.688	260.623.520	162.876.423	81.691.020
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	82.655.874	36.353.517	22.719.096	11.394.811
<b>TOTAL</b>			<b>2.931.769.945</b>	<b>2.636.661.368</b>	<b>2.607.803.009</b>	<b>2.600.277.571</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

1 Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%"

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ISS (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
isenção	Prestação de serviços de transporte público de passageiros de natureza estritamente municipal	Decreto-Lei nº 82/66, art. 92, inc. V	40.358.548	41.842.327	43.314.431	44.830.436
isenção	Isenção do SIMPLES para empresas com Receita Bruta Total (RBT) de até R\$ 720.000,00;	Projeto de Lei nº 307/2019	58.244.546	60.535.716	62.838.287	65.209.588
Redução da base de cálculo	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres; planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	Lei nº 3.730/2005	2.356.100	2.442.722	2.528.663	2.617.166
Redução da base de cálculo	Operações de prestação de serviços de acesso, movimentação, atendimento e consulta em geral, de intermediação e corretagem e de fornecimento de informações, quando realizados por central de atendimento telefônico (call center).	Lei nº 3.731/05	2.287.367	2.371.462	2.454.895	2.540.817
Redução da base de cálculo	Serviços de agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros.	Lei nº 3.736/2005	16.212.383	16.808.430	17.399.787	18.008.780
Redução da base de cálculo	Serviços de contabilidade e consultoria e auditoria contábil e tributária (CNAEs M6920601 e M6920602)	Projeto de Lei a ser enviado à CLDF	4.774.603	4.950.141	5.124.298	5.303.648
Crédito presumido	Realização de projetos culturais.	Lei nº 5.021/13, art. 1º	1.033.797	1.071.804	1.109.513	1.148.346
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	61.703.036	27.138.088	16.959.922	8.506.285
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	8.606.753	3.785.402	2.365.684	1.186.514
<b>TOTAL</b>			<b>195.577.133</b>	<b>160.946.093</b>	<b>154.095.479</b>	<b>149.351.579</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-000008310/2020-85.

<sup>1</sup> Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%".

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O IPVA (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Ônibus, microônibus e outros veículos destinados ao transporte coletivo escolar, regularmente registrados junto ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal	Lei nº 7.431/85, art. 4º, inc. XIII	1.698.568	1.761.016	1.822.972	1.886.776
Isenção	O trator de roda, o trator de esteira ou o trator misto destinado à execução de trabalho agrícola ou de terraplanagem.	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. I	53.100	55.052	56.989	58.984
Isenção	Veículos pertencentes às missões diplomáticas, bem como aos membros do corpo diplomático e aos funcionários estrangeiros destas missões.	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. II	3.145.455	3.261.097	3.375.829	3.493.983
Isenção	Veículos pertencentes aos Organismos Internacionais, bem como aos funcionários estrangeiros destas instituições.	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. III	132.275	137.138	141.962	146.931
Isenção	Veículos registrados na categoria de aluguel (táxis)	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. IV	4.304.708	4.462.970	4.619.987	4.781.687
Isenção	Veículos de propriedade de pessoas com necessidades especiais (ou seus representantes legais)	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. V	13.426.976	13.920.618	14.410.376	14.914.739
Isenção	Ônibus e microônibus novos destinados ao transporte público coletivo urbano, no 1º exercício da aquisição	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. VI	803	833	862	892
Isenção	Veículos de órgãos que compõem a estrutura da segurança pública do Distrito Federal (PC, PM, CBM e DETRAN), bem como a Administração Direta e Indireta, Autarquia e Fundacional do Distrito Federal	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. VII	6.728.600	6.975.977	7.221.407	7.474.156
Isenção	Veículos com tempo de uso superior a 15 (quinze) anos	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. VIII	99.460.415	103.117.070	106.744.953	110.481.026
Isenção	Veículos pertencentes a pessoas jurídicas cedidos gratuitamente ao Programa de Assistência ao Cidadão Carente do Distrito Federal – PACC, criado pela Lei nº 2.349/99, no percentual de 50%, relativamente aos veículos cedidos.	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. IX	803	833	862	892
Isenção	Os ciclomotores, as motocicletas destinadas à prestação do serviço de coleta, transporte e entrega de pequenas cargas e documentos, denominado motofrete	Lei nº 4.727/2011, art. 1º, inc. X	72.949	75.631	78.291	81.032
Isenção	Veículo automotor novo, no ano de sua aquisição	Lei nº 4.733/2011, art. 1º	82.943.778	85.993.200	89.018.627	92.134.279
Isenção	Veículos pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB/DF	Lei nº 4.997/2012, art. 1º, inc. II	16.317	16.917	17.512	18.125
Não-incidência	Veículos furtados, roubados ou sinistrados	Lei nº 7.431/85, art. 1º, § 10	14.185.581	14.707.113	15.224.541	15.757.400
Redução de Alíquota	Veículos automotores destinados exclusivamente à locação, de propriedade de pessoa jurídica com atividade de locação de veículos	Lei nº 7.431/85, art. 3º, § 1º	2.196.838	2.277.604	2.357.735	2.440.256
Redução de Alíquota	Redução de 2,5% para 2% (dois por cento) para ciclomotores, motocicletas, quadriciclos e triciclos; redução de 3,5% para 3% (três por cento) para automóveis, caminhonetes, utilitários e demais veículos não discriminados anteriormente	Projeto de Lei nº 104/19	157.051.431	163.229.376	169.438.061	175.832.072
Redução de Base de Cálculo	Veículo destinado a empreendimento produtivo junto ao Pró-DF II	Lei nº 4.727/2011, art. 4º	803	833	862	892
Remissão	Veículos furtados, roubados ou sinistrados	Lei nº 7.431/85, art. 1º, § 11	674.854	699.665	724.281	749.631
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	16.339.831	7.186.547	4.491.226	2.252.584
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	2.279.189	1.002.428	626.466	314.206
<b>TOTAL</b>			<b>404.713.274</b>	<b>408.881.917</b>	<b>420.373.802</b>	<b>432.820.542</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

¹ Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%".

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O IPTU (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Os clubes sociais e esportivos e as associações recreativas, pelos imóveis edificadas, destinados às suas sedes sociais, desportivas e recreativas	Decreto-lei nº 82/1966, art. 18, II	1.611.770	1.671.026	1.729.816	1.790.360
Isenção	Imóveis pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal - IHG-DF	Lei nº 4.676/11, art. 2º	82.606	85.643	88.656	91.759
Isenção	Clubes de serviços, lojas maçônicas e Ordem Rosacruz, relativamente aos imóveis edificadas destinados ao seu funcionamento	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, I	365.328	378.759	392.085	405.808
Isenção	Imóveis vinculados ao Programa João de Barro Candango	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, II	160.010	165.893	171.729	177.740
Isenção	Templos religiosos	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, III	1.705.546	1.768.250	1.830.461	1.894.527
Isenção	Empreendimentos do PRO-DF	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, IV	803	832	862	892
Isenção	Fundação Universidade de Brasília	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, V	10.895.301	11.295.866	11.693.279	12.102.544
Isenção	Imóveis com até 120 m² de área construída cujo titular, maior de 65 anos, seja aposentado ou pensionista	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, VII	1.464.955	1.518.814	1.572.249	1.627.278
Isenção	Imóveis onde estejam regularmente instalados asilos, orfanatos e creches.	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, VIII	803	832	862	892
Isenção	Imóvel cedido gratuitamente para a instalação dos postos do Programa de Assistência ao Cidadão Carente do Distrito Federal - PACC (Lei nº 2.349/99)	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, IX	803	832	862	892
Isenção	Os imóveis por que respondam na condição de contribuintes os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e suas viúvas, utilizados como suas moradias.	Lei nº 4.727/2011, art. 5º, X	123.859	128.413	132.930	137.583
Isenção	Imóveis pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF	Lei nº 4.997/2012, art. 1º, inc. I	5.058.511	5.244.487	5.428.999	5.619.014
Isenção	Imóvel onde esteja situada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Sede Brasília	Lei nº 5.287/13, art. 4º	29.506	30.591	31.667	32.776
Isenção	Unidades habitacionais destinadas ao Programa Habitacional para Pessoa com Deficiência, desde que a renda familiar não seja superior ao salário mínimo vigente.	Lei Complementar nº 796/08, art. 8º	803	832	862	892
Isenção	Imóveis da TERRACAP	Projeto de lei de alteração da Lei nº 5.790/16, a ser enviado à CLDF	44.277.476	45.905.334	47.520.383	49.183.597
Redução de Alíquota	Microempreendedor Individual e a Microempresa cuja receita bruta anual seja inferior ou igual a R\$ 60 mil	Lei nº 4.611/11, art. 15	2.423.412	2.512.509	2.600.904	2.691.936
Redução de Base de Cálculo	Empreendimentos do PRO-DF II	Lei nº 4.727/2011, art. 6º	803	832	862	892
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	43.660.808	19.202.796	12.000.769	6.019.012
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	6.090.102	2.678.535	1.673.948	839.572
<b>TOTAL</b>			<b>117.953.204</b>	<b>92.591.077</b>	<b>86.872.185</b>	<b>82.617.963</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

<sup>1</sup> Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: \* < 1%\*

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ITBI (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	As transmissões de habitações populares de até 60m <sup>2</sup> , bem como de terrenos destinados à sua edificação com no máximo 300m <sup>2</sup> .	Lei 3.830/2006, art. 4º, II	803	832	862	892
Isenção	Os concessionários de direito real de uso de imóveis da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), destinados à implantação de oficinas mecânicas, quando for fato gerador do tributo a cessão de uso com opção de compra.	Lei 3.830/2006, art. 4º, III	803	832	862	892
Isenção	Imóveis do Programa de Arrendamento Residencial (PAR).	Lei 3.830/2006, art. 4º, IV	803	832	862	892
Isenção	Aquisição de imóvel destinado a empreendimento produtivo do PRÓ-DF e PRÓ-DF II.	Lei 3.830/2006, art. 4º, V	803	832	862	892
Isenção	Aquisição de imóvel destinado à implantação de empreendimento beneficiado pelo Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (PRÓ-RURAL/DF-RIDE).	Lei 3.830/2006, art. 4º, VI	803	832	862	892
Isenção	Imóveis de propriedade da União, do Distrito Federal, da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), nos casos definidos em lei.	Lei nº 4.997/2012, art. 1º, inc. III e art. 2º	7.394.494	7.666.352	7.936.071	8.213.833
Redução de Alíquota	Redução escalonada da alíquota para 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) em 2019, para 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) em 2020 e para 2% (dois por cento) em 2021.	Projeto de Lei nº 225/2019	63.163.525	139.455.098	144.790.652	150.285.481
Redução da base de cálculo	Redução de base de cálculo do ITBI para imóveis do PRÓ-DF II.	Lei 3.266/2003, art. 2º, I	803	832	862	892
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	583.398	256.589	160.355	80.426
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	81.376	35.791	22.367	11.218
<b>TOTAL</b>			<b>71.227.610</b>	<b>147.418.823</b>	<b>152.914.614</b>	<b>158.596.309</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85. Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%".

PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA O ITCD (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Transmissões de imóveis por meio do Programa de Assentamento de População de Baixa Renda	Lei nº 3.804/2006, art. 6º, I	803	832	862	892
Isenção	Herdeiro ou legatário, na transmissão <i>causa mortis</i> , desde que o patrimônio transmitido seja inferior a R\$ 60 mil, atualizados monetariamente.	Lei nº 3.804/2006, art. 6º, II,	896.378	929.333	962.029	995.700
Isenção	Patrimônio pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB/DF), bem como os Imóveis de propriedade da União, do Distrito Federal e da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), nos casos definidos em lei.	Lei nº 4.997/2012, art. 1º, inc. IV, arts. 2º e 3º	28.525.972	29.574.727	30.615.230	31.686.763
Redução de alíquota	Alíquota de 4% para todas as transmissões	Projeto de Lei nº 224/2019	6.742.583	7.015.721	7.282.575	7.557.394
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	1.947.255	856.437	535.230	268.446
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	271.616	119.462	74.657	37.445
<b>TOTAL</b>			<b>38.384.606</b>	<b>38.496.513</b>	<b>39.470.583</b>	<b>40.546.640</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

<sup>1</sup> Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%".



PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA A TLP (R\$ 1,00) - 2020

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPITULAÇÃO LEGAL	2020	2021	2022	2023
Isenção	Imóveis da União, Estados, Municípios, Distrito Federal e suas respectivas autarquias.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, I	4.034.048	4.182.360	4.329.504	4.481.037
Isenção	Templos religiosos de qualquer culto.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, II	17.293	17.929	18.560	19.210
Isenção	A Fundação Universidade de Brasília e as fundações instituídas pelo Distrito Federal.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, III	626.820	649.865	672.729	696.275
Isenção	Os Estados estrangeiros, no tocante aos imóveis ocupados pela sede das respectivas embaixadas, bem como aos de residência dos agentes diplomáticos acreditados no país.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, IV	21.160	21.938	22.710	23.505
Isenção	As sociedades beneficentes e as instituições de assistência social sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública do Distrito Federal.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, V e XI	74.591	77.333	80.054	82.856
Isenção	Clubes de serviço, lojas maçônicas e Ordem Rosacruz, relativamente aos imóveis edificadas e destinados ao seu funcionamento.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, IX e X	10.270	10.647	11.022	11.408
Isenção	Imóveis com até 120m2 de área construída cujo titular, maior de 65 anos, seja aposentado ou pensionista.	Lei nº 4.022/2007, art. 2º, Inc XII e § 9º	615.359	637.982	660.428	683.543
Isenção	Imóveis pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal - IHG-DF.	Lei nº 4.882/12	2.490	2.581	2.672	2.766
Isenção	Imóveis pertencentes à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CODHAB/DF.	Lei nº 4.997/2012, art. 1º, inc. V	13.346	13.836	14.323	14.824
Isenção	Imóvel onde esteja situada a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Sede Brasília.	Lei nº 5.287/13, art. 4º	655	679	703	728
Isenção	Unidades habitacionais destinadas ao Programa Habitacional para Pessoa com Deficiência, desde que a renda familiar não seja superior ao salário mínimo vigente.	Lei Complementar nº 796/08, art. 8º	655	679	703	728
Isenção	Imóveis da TERRACAP.	Projeto de lei de alteração da Lei nº 5.790/16, a ser enviado à CLDF	1.001.506	1.038.326	1.074.857	1.112.477
Redução de Base de Cálculo	Imóveis destinados a garagens, com inscrição imobiliária individualizada	Lei Federal nº 6.945/81, art. 4º, § 7º	1.103.586	1.144.159	1.184.413	1.225.867
Redução de Base de Cálculo	Empreendimentos do Pró-DF-II.	Lei nº 4.022/2007, art. 3º	655	679	703	728
Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	5.610.033	2.467.392	1.541.994	773.391
Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2021	Projeto de Lei Complementar a ser enviado à CLDF	782.525	344.168	215.088	107.878
<b>TOTAL</b>			<b>13.914.993</b>	<b>10.610.557</b>	<b>9.830.464</b>	<b>9.237.219</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

1 Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%"

**PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS PARA MULTAS E JUROS (R\$ 1,00) - 2020  
(PROGRAMAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO IMPLEMENTADOS ANTES DE 2020)**

MODALIDADE	DESCRIÇÃO: SETORES / BENEFICIÁRIOS	CAPTULAÇÃO LEGAL	NATUREZA	2020	2021	2022	2023
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Convênio ICMS 149/12, Leis nºs 5.096/13, 5.211/13 e 5.365/14 (Programa RECUPERA-DF).	Não inscritos na Dívida Ativa	246.620	174.039	122.480	85.969
			Inscritos na Dívida Ativa	1.851.307	1.306.456	919.423	645.341
Anistia	Redução de multas e juros moratórios	Convênio ICMS 3/15 e Leis nºs 5.463/15, 5.542/15, 5.563/15, 5.719/16 e 5.777/16 (REFIS-DF).	Não inscritos na Dívida Ativa	4.836.243	3.412.908	2.401.846	1.685.850
			Inscritos na Dívida Ativa	12.215.561	8.620.449	6.066.671	4.258.182
<b>TOTAL</b>				<b>19.149.731</b>	<b>13.513.851</b>	<b>9.510.420</b>	<b>6.675.342</b>

Elaborado pela Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC, por ocasião de proposta de alteração das leis orçamentárias de 2020 constante do Processo SEI 00040-00008310/2020-85.

1 Corresponde ao valor do benefício em 2020, dividido pelo total de benefícios do tributo em 2020. Os valores abaixo de 1% são representados da seguinte forma: "< 1%".



Anexo II, que altera o Anexo XI da Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019

AMF/Tabela 7 - DEMONSTRATIVO 7 – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
DISTRITO FEDERAL  
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA  
2020

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		COMPENSAÇÃO
			2020	2021	
ICMS	Isenção	Isenção de medicamentos quimioterápicos usados no tratamento de câncer (Convênio ICMS 32/14, altera Convênio ICMS 162/94).	677.012	701.903	726.597 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS	Isenção	Isenção de medicamentos destinados ao tratamento da AIDS (Conv. ICMS 01/19, altera o Convênio ICMS 10/02).	1.593.445	1.652.028	1.710.150 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS	Isenção	Isenção de medicamentos destinados à administração pública (Conv. ICMS 02/19, altera o Convênio ICMS 87/02).	3.228.956	3.347.668	3.465.446 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS	Isenção	Isenção para empresas do Simples Nacional com Receita Bruta Total até R\$ 720 mil/ano.	70.108.212	72.866.065	75.637.640 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (***)	Isenção	Saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	5.630.970	5.837.992	6.043.385 Considerado na LDO 2020 (nos termos do art. 14, inciso II, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (***)	Redução de Alíquota	Redução da alíquota para até 7% na saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	4.788.975	4.965.041	5.139.722 Considerado na LDO 2020 (nos termos do art. 14, inciso II, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (*)	Redução de Base de Cálculo	Redução da BC do ICMS que resulte numa alíquota de 7% na saída interna de carne de frango e leite UHT.	89.927.186	93.233.353	96.513.504 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (**)	Crédito Presumido	Crédito presumido na saída interna de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microcervejeiro.	21.219	21.999	22.773 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (*)	Crédito Presumido	Base de cálculo da substituição tributária de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microcervejeiro.	109.954	113.997	118.007 Considerado na LDO 2020 (nos termos do art. 14, inciso II, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	592.571.688	260.623.520	162.876.423 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ICMS (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	82.655.874	36.353.517	22.719.096 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ISS	Isenção	Isenção para empresas do Simples Nacional com Receita Bruta Total até R\$ 720 mil/ano.	58.244.546	60.535.716	62.838.287 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ISS (*)	Redução de Base de Cálculo	Redução da carga tributária de 5% para 2% para serviços de contabilidade e consultoria e auditoria contábil e tributária.	4.774.603	4.950.141	5.124.298 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ISS (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	61.703.036	27.138.088	16.959.922 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ISS (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	8.606.753	3.785.402	2.365.684 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
IPVA	Redução de Alíquota	Redução de 0,5 ponto percentual para ciclomotores, motocicletas, quadriciclos e triciclos, automóveis, caminhonetas e utilitários.	157.051.431	163.229.376	169.438.061 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
IPVA (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	16.339.831	7.186.547	4.491.226 Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)

R\$ 1,00

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

IPVA (*)	Remissão		2.279.189	1.002.428	626.466	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
IPTU	Isenção	Imóveis da TERRACAP.	44.277.476	46.019.223	47.769.636	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
IPTU (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	43.660.808	19.202.796	12.000.769	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
IPTU (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	6.090.102	2.678.535	1.673.948	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITBI (****)	Redução de Alíquota	Redução escalonada da alíquota para 2,75% em 2019, 2,5% em 2020 e 2% em 2021.	63.163.525	139.455.098	144.790.652	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITBI (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	583.398	256.589	160.355	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITBI (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	81.376	35.791	22.367	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITCD	Redução de Alíquota	Alíquota uniforme de 4% para todas as transmissões.	6.742.583	7.015.721	7.282.575	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITCD (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	1.947.255	856.437	535.230	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
ITCD (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	271.616	119.462	74.657	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
TLP	Isenção	Imóveis da TERRACAP.	1.001.506	1.040.902	1.080.495	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
TLP (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	5.610.033	2.467.392	1.541.994	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
TLP (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	782.525	344.168	215.088	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
CIP (*)	Anistia	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	31.674	13.931	8.706	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
CIP (*)	Remissão	Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020.	4.418	1.943	1.214	Considerado na LOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000)
<b>TOTAL</b>			<b>1.334.561.176</b>	<b>967.052.768</b>	<b>853.974.374</b>	-

(\*) Incluído em função de alteração do PLOA/2020 (Processo SEI 00040-00029863/2019-38 - Despachos SEI-GDF SEEC/GAB 30444742 e SEEC/SEF/ASSESP 31260226).

(\*\*) Incluído em função de alteração da LDO 2020 (Processo SEI 00040-00022463/2019-00 - Despachos SEEC/SEF 36133408) e SEEC/SEAE 36203660).

(\*\*\*) Incluído em função de alteração da LDO 2020 (Processo SEI 00040-00008310/2020-85 - Despacho SEEC/GAB 37126264).

(\*\*\*\*) Os valores de alteração da LDO 2020 (Processos SEI 00040-00022463/2019-00 e 00040-00008310/2020-85 foram compensados pela redução dos valores deste benefício

FONTE: Coordenação de Acompanhamento da Renúncia/SUAPOF/SEAE/SEEC.

**Anexo II, que altera o Anexo XI da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019**

**ANEXO XI**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2020

ANEXO DE METAS FISCAIS

(LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

**PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA  
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2020 A 2023**

**PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA – SUBSECRETARIA DA  
RECEITA**

Com vistas a subsidiar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2020, o presente documento apresenta a projeção dos benefícios tributários administrados pela Subsecretaria da Receita da Secretaria Executiva de Fazenda da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal (SUREC/SEF/SEEC) para os exercícios de 2020 a 2023, utilizando-se da metodologia exposta a seguir.

**METODOLOGIA**

O trabalho tomou inicialmente por base o cenário legal da Projeção dos Benefícios Tributários para os Exercícios de 2020 a 2023” - constante do processo SEI 00040-00015675/2019-22 (27512572) - e considerou a manutenção e prorrogação das leis e convênios ICMS/CONFAZ constantes do referido cenário por todo o período do próximo quadriênio, conforme orientação da Secretaria Executiva de Fazenda, documento nº 21098144 do processo nº 00040-00006789/2019-81, bem como as contidas nos Despachos SEI-GDF SEEC/GAB (30444742) e SEEC/SEF/ASSESP (doc. 31260226).

Foram ainda incluídas as seguintes propostas de concessão de benefícios: *i) anistia e remissão no âmbito de Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal - REFIS-DF 2020; ii) redução da base de cálculo do ICMS incidente sobre a carne de frango e do leite UHT (acréscimo ao benefício já existente para a cesta básica regulamentado no item 11 do Caderno II do Anexo I do Decreto nº 18.955/1997 - Regulamento do ICMS, fundamentado no Convênio ICMS 128/94); iii) crédito presumido*



do ICMS na saída interna de cerveja e chope artesanais produzidos por microcervejaria; e iv) redução de base de cálculo do ISS para serviços de contabilidade e consultoria e auditoria contábil e tributária. A inclusão se fundamenta nos Despachos SEI-GDF SEEC/GAB (30444742) e SEEC/SEF/ASSESP (doc. 31260226), consignado nos autos do processo SEI 00040-00029863/2019-38, e nas informações presentes nos processos SEI 00040-00022463/2019-00, 00040-00027566/2019-58, 00040-00027830/2019-53 e 04015-00000356/2019-71.

Posteriormente, alterou-se novamente o presente demonstrativo, a fim de incluir na LDO/2020 previsão para os seguintes benefícios tributários: *redução de alíquota e/ou isenção na "saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas."*; e *crédito presumido do ICMS sobre a "base de cálculo da substituição tributária de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microcervejeiro."*, conforme Estudo Técnico n.º 8/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (37165246), Processo SEI n.º 00040-00008310/2020-85, e Estudo Técnico n.º 6/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (36360140), Processo SEI n.º 00040-00022463/2019-00, respectivamente. A compensação se deu mediante a diminuição do benefício tributário previsto para o ITBI, de redução escalonada da alíquota do ITBI para 2,75% em 2019, 2,5% em 2020 e 2% em 2021 (37162465).

Definido o cenário legal, adotou-se a metodologia descrita a seguir para o cálculo dos valores da projeção dos benefícios:

1. A projeção da renúncia de receita para 2020 a 2023 consistiu na atualização monetária dos valores apurados em 2018. A utilização desses valores para a projeção dos benefícios tributários concedidos justifica-se pela expectativa de que parte dos benefícios atualmente vigentes ainda estará em vigor nos exercícios seguintes, assim como pela contribuição que o dado do passado mais recente oferece para a formulação da expectativa sobre o comportamento futuro de uma variável. Assim, são considerados nesse caso os benefícios concedidos e registrados pelas unidades da SUREC/SEF/SEEC ao longo de 2018, por meio de Atos Declaratórios, Despachos de Reconhecimento e de alterações de ofício em sistemas do Órgão.

2. Para os itens cuja apuração se dá indiretamente, por meio de estimativas, a previsão baseou-se em dados das Notas Fiscais Eletrônicas ou, se não disponíveis, na atualização monetária dos valores constantes das projeções dos benefícios tributários elaboradas para as leis orçamentárias de 2019. Foram ainda consideradas informações sobre a expectativa de

fruição de isenções e reduções de base de cálculo do ICMS, obtidas por consultas feitas a órgãos públicos e entidades de direito privado, potenciais beneficiários.

3. Na impossibilidade da coleta de informações nas formas descritas nos itens 1 e 2, ou nos casos em que se constata a ausência absoluta de fruição (realização igual a zero), a estimativa considerada corresponde ao menor valor apurado em 2018, atualizado monetariamente para 2020 (ICMS e ISS = R\$ 4.849,00; IPVA, IPTU, ITBI e ITCD = R\$ 803,00, TLP = R\$ 655,00).

4. As estimativas de impacto financeiro-orçamentário relativas às propostas de concessão dos novos benefícios que motivaram a alteração da projeção elaborada para o PLOA/2020, bem como para a LDO/2020, possuem memórias de cálculo descritas nos processos SEI 00040-00022463/2019-00, 00040-00027566/2019-58, 00040-00027830/2019-53, 04015-00000356/2019-71 e 00040-00008310/2020-85. Os impactos foram calculados a partir de informações econômico-fiscais advindas dos bancos de dados da SUREC/SEF/SEEC.

A atualização monetária referida nos itens anteriores se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de 2020 a 2023<sup>1</sup>.

Ano Base	2019	2020	2021	2022	2023
2018	1,0391	1,0760	1,1156	1,1548	1,1952

## RESULTADOS

Os valores previstos para os benefícios do ICMS, ISS, IPVA, IPTU, ITBI, ITCD, TLP e Multas e Juros (Programas de Recuperação de Crédito implementados antes de 2020) encontram-se no demonstrativo anexo (doc. 37138637 do processo SEI 00040-00008310/2020-85), classificados por natureza da desoneração (isenção, redução de base de cálculo ou de alíquota, anistia, crédito presumido, remissão e outros), descrição dos setores e beneficiários e fundamento legal.

<sup>1</sup> Conforme Sistema de Expectativa de Mercado do Banco Central do Brasil em 19/07/2019, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>. Os percentuais considerados foram 4,00% para 2019, 3,84% para 2020, 3,54% para 2021, 3,50% para 2022, e 3,50% para 2023.

Para as desonerações a serem instituídas em 2020, foi elaborado Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (doc. 37171426 do processo SEI 00040-00008310/2020-85), tendo por base o Manual de Demonstrativos Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional, seguindo a recomendação a.1 [Subtópico 4.1.2], do Relatório nº 03/2019 – DAGEF/CODAG/SUBCI/CGDF, que trata da Prestação de Contas Anual do Governador.

Assim, a projeção dos benefícios tributários totalizou R\$ 3,793 milhões para 2020, R\$ 3,509 milhões para 2021, R\$ 3,481 milhões para 2022, e R\$ 3,480 milhões para 2023, conforme tabela a seguir:

### PROJEÇÃO DOS BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS – 2020 a 2023

Valores correntes em R\$ 1,00

TRIBUTO	2020	2021	2022	2023
ICMS	2.931.769.945	2.636.661.368	2.607.803.009	2.600.277.571
ISS	195.577.133	160.946.093	154.095.479	149.351.579
IPVA	404.713.274	408.881.917	420.373.802	432.820.542
IPTU	117.953.204	92.591.077	86.872.185	82.617.963
ITBI	71.227.610	147.418.823	152.914.614	158.596.309
ITCD	38.384.606	38.496.513	39.470.583	40.546.640
TLP	13.914.993	10.610.557	9.830.464	9.237.219
Multas e juros	19.149.731	13.513.851	9.510.420	6.675.342
<b>TOTAL</b>	<b>3.792.690.497</b>	<b>3.509.120.199</b>	<b>3.480.870.557</b>	<b>3.480.123.165</b>

### RENÚNCIA TRIBUTÁRIA A CARGO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO – AGEFIS

#### TAXAS DO PODER DE POLÍCIA - PROJEÇÃO DA RENÚNCIA

#### EXERCÍCIOS DE 2020 A 2023

O presente estudo tem como objetivo incorporar, na previsão das receitas de origem tributária as taxas de competência arrecadadora da

Agência de Fiscalização do Distrito Federal, cobradas em razão do exercício regular do Poder de Polícia, instituídas pela Lei Nº 783, de 30 de outubro de 2008, e sua expectativa de arrecadação proveniente de ações passíveis de implementação no âmbito desta Agência de Fiscalização do DF para subsidiar o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para o exercício de 2020. O documento apresenta as estimativas da receita tributária para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, 2022 e 2023 utilizando-se a seguinte metodologia:

## **METODOLOGIA**

1. Para os itens com registro de fruição no exercício de 2019, a projeção da renúncia de receita para 2020 a 2023 consistiu na atualização monetária dos valores realizados em 2018.

2. A atualização monetária referida no item anterior se deu pela aplicação de índices médios estimados, construídos com base na expectativa do mercado financeiro para a variação do INPC/IBGE para os exercícios de 2020 a 2023.

3. Considerando que a estimativa do Indicador Econômico - INPC projetada para o exercício 2019 é de 4,23%, para o exercício 2020 é de 4,07%, para o exercício 2021 é de 3,82%, para o exercício 2022 é de 3,79%, e para o exercício 2023 é de 3,76%, conforme dados extraídos dos relatórios do Banco Central do Brasil em abril/2019 (Conforme Relatório Focus do dia 29/03/2019, disponível em <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico>).

4. Diante do exposto acima vimos pelo presente apresentar o demonstrativo atualizado que estabelece a projeção das receitas de competência da AGEFIS para o período de 2020, 2021, 2022 e 2023.

## **PROJEÇÃO DAS RECEITAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA: 2020-2023**

Os parâmetros e a metodologia são como segue:

- Valor da receita tributária bruta referente a fatos geradores do exercício;
- (-) Valor estimado da inadimplência para o exercício;
- (+) Valor estimado da arrecadação referente a exercícios anteriores, não inscritos em dívida ativa;
- (-) Valor estimado da renúncia de receita;
- (=) Receita tributária estimada



As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

### TFE – Taxa de Fiscalização de Estabelecimento

De posse do lançamento de ofício da TFE para o exercício 2019, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2020 a 2023, tendo como parâmetro o número de empresas que fecham e abrem durante o ano estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização, conforme Acordo de Resultados da Agefis firmado através do Planejamento Estratégico do GDF.

### TFE

Valores correntes em R\$ 1,00

Item	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	9.130.058,59	9.501.651,97	9.864.615,08	10.238.483,99	10.623.450,99
(-) Estabelecimentos comerciais que encerram as atividades	999.204,23	1.039.871,84	1.079.594,95	1.120.511,60	1.162.642,83
(-) Inadimplência estimada	1.411.326,94	1.468.767,95	1.524.874,88	1.582.667,64	1.642.175,94
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	2.903.483,31	3.021.655,08	3.137.082,30	3.255.977,72	3.378.402,48
(-) Renúncia estimada	653.034,96	679.613,48	705.574,72	732.316,00	759.851,08
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>8.969.975,76</b>	<b>9.335.053,78</b>	<b>9.691.652,83</b>	<b>10.058.966,48</b>	<b>10.437.183,61</b>

## TEO – Taxa de Fiscalização de Obras

De posse do lançamento de ofício da TEO para 2019, e das expectativas do mercado financeiro para o INPC/IBGE para 2020 a 2023, estimou-se a receita bruta de fatos geradores do exercício. Partindo-se do índice estimado de inadimplência, obtido com base em dados do período anterior, bem como de pagamentos de débitos de exercícios anteriores e da estimativa de renúncia, apurou-se a arrecadação estimada conforme demonstrada abaixo.

Por fim, existe a expectativa de incremento de receita devido à implantação de nova metodologia de fiscalização, conforme Acordo de Resultados da Agefis firmado através do Planejamento Estratégico do GDF.

### TEO

Valores correntes em R\$1,00

Item	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Bruta de fatos geradores do exercício	8.081.035,97	8.409.934,14	8.731.193,62	9.062.105,86	9.402.841,04
(-) Obras que obtêm o Certificado de Conclusão	2.210.056,04	2.300.005,32	2.387.865,53	2.478.365,63	2.571.552,18
(-) Inadimplência estimada	1.720.058,91	1.790.065,31	1.858.445,80	1.928.880,90	2.001.406,82
(+) Arrecadação estimada de exercícios anteriores	3.808.805,70	3.963.824,09	4.115.242,17	4.271.209,85	4.431.807,34
(-) Renúncia estimada	928.284,38	966.065,55	1.002.969,26	1.040.981,79	1.080.122,71
<b>(=) Receita estimada</b>	<b>7.031.442,34</b>	<b>7.317.622,05</b>	<b>7.597.155,21</b>	<b>7.885.087,39</b>	<b>8.181.566,68</b>

As receitas estimadas correspondem a valores líquidos de benefícios tributários considerados renúncia de acordo com o § 1º do art. 14 da LRF.

## RESULTADOS

Com base nas metodologias acima descritas, os resultados encontram-se expostos no seguinte demonstrativo:

Valores correntes em R\$1,00

RECEITAS ESTIMADAS					
Especificação	2019	2020	2021	2022	2023
TFE	8.969.975,76	9.335.053,78	9.691.652,83	10.058.966,48	10.437.183,61
TEO	7.031.442,34	7.317.622,05	7.597.155,21	7.885.087,39	8.181.566,68
<b>TOTAL</b>	<b>16.001.418,11</b>	<b>16.652.675,82</b>	<b>17.288.808,04</b>	<b>17.944.053,87</b>	<b>18.618.750,29</b>

Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

ANEXO II.1  
RELATÓRIO DA RECEITA REALIZADA E PREVISTA: 2016 A 2023  
VALORES CORRENTES EM R\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	1º SEMESTRE DE 2019	JULHO A DEZEMBRO DE 2019	2019	2020	2021	2022	2023
11000000	TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS (1)	16.904.074.431	17.546.939.158	18.583.853.896	9.418.248.220	9.778.496.251	19.196.744.471	19.599.154.072	20.489.508.363	21.309.503.687	22.137.856.794
11100000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.832.034.017	15.285.077.476	16.386.331.082	8.340.475.862	8.464.711.943	18.805.187.805	17.378.741.849	17.901.820.743	18.661.513.301	19.417.917.218
11130000	IMPOSTO SIRENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	14.589.370.800	15.043.188.640	16.111.653.536	8.143.787.665	8.305.626.407	16.449.414.072	17.042.979.608	17.523.647.126	18.270.858.605	19.014.438.164
11180000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	2.858.090.756	2.790.547.716	3.168.587.442	1.441.455.836	1.851.108.170	3.292.564.006	3.409.155.916	3.534.493.289	3.658.844.429	3.786.903.984
11180100	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	11.711.233.264	12.244.233.729	12.918.851.384	6.700.732.107	6.452.951.096	13.153.683.204	13.630.984.032	13.986.367.248	14.609.226.812	15.224.746.747
11180110	IPTU	2.298.647.389	2.474.046.119	2.687.870.723	1.765.111.142	1.164.397.144	2.929.508.286	2.808.791.112	2.848.609.941	2.973.396.241	3.099.477.909
11180120	IPVA	819.178.092	829.470.785	928.109.281	488.470.166	609.612.170	1.098.082.336	1.104.481.112	1.138.071.133	1.184.406.444	1.231.515.617
11180130	ITCD	1.027.149.232	1.112.889.698	1.192.129.066	1.027.243.721	259.177.556	1.286.421.277	1.173.958.828	1.220.174.832	1.266.764.396	1.314.167.493
11180140	ITBI	128.742.690	162.116.787	135.166.036	67.699.306	86.515.695	154.215.001	149.720.060	162.558.622	175.994.931	189.332.966
11180200	IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SER	323.577.374	369.568.949	412.466.340	181.697.948	209.091.724	390.789.672	380.631.112	327.805.354	346.230.471	364.461.634
11180210	ICMS	9.412.585.875	9.770.187.610	10.250.980.661	4.935.620.966	5.288.553.952	10.224.174.918	10.822.192.920	11.137.757.307	11.635.830.571	12.125.268.838
11180230	ISS	7.708.350.284	7.917.798.480	8.357.166.904	3.980.310.287	4.214.664.581	8.194.994.868	8.722.734.224	8.948.364.685	9.332.879.543	9.712.081.777
11190000	OUTROS IMPOSTOS (2)	1.704.235.591	1.852.389.129	1.893.813.758	955.310.678	1.073.869.371	2.029.180.049	2.099.458.696	2.191.392.623	2.302.951.028	2.413.187.061
11200000	TAXAS	20.046.861	8.413.394	24.234.710	1.599.722	1.567.141	3.166.869	2.839.660	2.786.589	2.787.364	2.787.433
12200000	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	242.663.136	241.888.636	274.677.546	196.688.197	159.085.536	355.773.733	335.762.241	378.173.617	390.654.686	403.479.054
12400000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.114.924	1.233.196	1.487.928	521.415	924.420	1.445.834	1.409.202	1.355.805	1.372.463	1.389.598
13000000	RECEITA PATRIMONIAL (3)	204.027.846	294.285.012	223.477.949	121.312.160	120.044.863	241.357.024	239.856.023	240.092.216	240.092.333	240.092.353
14000000	RECEITA AGROPECUÁRIA	84.409.308	68.237.299	75.690.198	30.310.221	28.054.562	58.364.783	67.443.502	57.656.003	57.549.698	57.791.253
15000000	RECEITA INDUSTRIAL	10.251	6.260	10.292	9.018	8.244	17.262	26.400	16.971	17.146	17.326
16000000	RECEITA DE SERVIÇOS	2.109.106	3.420.572	4.593.002	4.709.923	4.154.897	8.864.820	4.257.675	10.067.197	11.225.051	12.382.906
17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (4)	396.056.462	432.401.191	431.317.735	256.163.854	271.820.042	527.983.896	461.787.733	519.152.045	508.487.028	497.843.596
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)	813.277.661	772.524.384	831.210.468	460.159.773	407.118.807	867.278.580	903.209.498	945.851.565	990.257.559	1.034.518.414
29900011	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	379.511.608	358.898.726	349.219.128	183.170.017	216.833.997	400.004.014	384.051.679	460.606.336	492.955.735	525.306.677
76000000	RECEITA DE SERVIÇOS	172.531.542	266.644.758	234.581.677	7.046.062	232.595.864	239.641.927	20.000.000	257.250.210	266.300.830	275.621.359
	Recita Programa de Regularização de Débitos não tributários	18.991.706	64.010.284	45.954.437	14.369.914	32.228.612	46.598.527	47.465.238	50.022.469	51.782.388	53.594.750
		-	-	-	-	-	-	90.905.273	45.616.804	27.940.174	21.381.342

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras do RPPS, Transfêrencias do SUS, FNAS, FNDE, Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas.

(2) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(3) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(4) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180800, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000

(5) Exceto conta 19900300.

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFF.

## VALORES CORRENTES EM R\$ 1,00

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
11000000		<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>17.378.741.849</b>	<b>17.901.820.743</b>	<b>18.661.513.301</b>	<b>19.417.917.218</b>
11100000		<b>IMPOSTOS</b>	<b>17.042.979.608</b>	<b>17.523.647.126</b>	<b>18.270.858.605</b>	<b>19.014.438.164</b>
11130000	100	IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	3.409.155.916	3.534.493.289	3.658.844.429	3.786.903.984
11180000		<b>IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS</b>	<b>13.630.984.032</b>	<b>13.986.367.248</b>	<b>14.609.226.812</b>	<b>15.224.746.747</b>
11180100		<b>IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS</b>	<b>2.808.791.112</b>	<b>2.848.609.941</b>	<b>2.973.396.241</b>	<b>3.099.477.909</b>
11180110	100	<b>IPTU</b>	<b>1.104.481.112</b>	<b>1.138.071.133</b>	<b>1.184.406.444</b>	<b>1.231.515.817</b>
11180111	100	IPTU-PRINCIPAL	942.604.906	974.595.728	1.008.884.120	1.044.195.064
11180112	100	IPTU-MULTAS E JUROS	11.309.069	11.802.957	12.446.823	13.057.351
11180113	100	IPTU-DÍVIDA ATIVA	127.370.654	120.340.763	128.631.077	136.921.391
11180114	100	IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	23.196.483	31.331.684	34.444.425	37.342.011
11180120	100	<b>IPVA</b>	<b>1.173.958.828</b>	<b>1.220.174.832</b>	<b>1.266.764.396</b>	<b>1.314.167.493</b>
11180121	100	IPVA-PRINCIPAL	1.034.773.284	1.071.415.709	1.108.644.516	1.146.983.395
11180122	100	IPVA-MULTAS E JUROS	46.027.274	48.692.637	51.317.589	53.860.970
11180123	100	IPVA-DÍVIDA ATIVA	78.588.152	76.755.335	80.656.025	84.556.715
11180124	100	IPVA-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	14.570.118	23.311.151	26.146.265	28.766.413
11180130	100	<b>ITCD</b>	<b>149.720.060</b>	<b>162.558.622</b>	<b>175.994.931</b>	<b>189.332.966</b>
11180131	100	ITCD-PRINCIPAL	131.333.164	142.259.778	153.317.798	164.328.286
11180132	100	ITCD-MULTAS E JUROS	11.812.876	13.563.682	15.274.109	16.949.368
11180133	100	ITCD-DÍVIDA ATIVA	5.746.031	5.518.259	5.973.762	6.429.266
11180134	100	ITCD-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	827.989	1.216.903	1.429.262	1.626.046
11180140	100	<b>ITBI</b>	<b>380.631.112</b>	<b>327.805.354</b>	<b>346.230.471</b>	<b>364.461.634</b>
11180141	100	ITBI-PRINCIPAL	379.520.479	326.935.653	345.343.556	363.583.254
11180142	100	ITBI-MULTAS E JUROS	583.844	589.283	605.371	620.288
11180143	100	ITBI-DÍVIDA ATIVA	412.297	184.920	165.466	147.058
11180144	100	ITBI-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	114.492	95.498	116.079	111.034
11180200		<b>IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SE</b>	<b>10.822.192.920</b>	<b>11.137.757.307</b>	<b>11.635.830.571</b>	<b>12.125.268.838</b>
11180210	100	<b>ICMS</b>	<b>8.722.734.224</b>	<b>8.946.364.685</b>	<b>9.332.879.543</b>	<b>9.712.081.777</b>
11180211	100	ICMS-PRINCIPAL	8.275.466.779	8.710.178.229	9.079.634.127	9.442.223.481
11180212	100	ICMS-MULTAS E JUROS	33.330.427	34.062.448	37.314.208	40.452.912
11180213	100	ICMS-DÍVIDA ATIVA	314.438.569	114.049.878	121.589.540	129.129.203
11180214	100	ICMS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	35.384.282	21.023.348	24.433.481	27.563.960
11180221	100	ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE A POBREZA-PRINCIPAL	63.877.611	66.787.912	69.620.222	72.400.033
11180222	100	ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE A POBREZA-MULTAS E JUROS	236.556	262.870	287.965	312.187
11180230	100	<b>ISS</b>	<b>2.099.458.696</b>	<b>2.191.392.623</b>	<b>2.302.951.028</b>	<b>2.413.187.061</b>
11180231	100	ISS-PRINCIPAL	2.011.566.246	2.122.202.612	2.230.102.754	2.337.713.379
11180232	100	ISS-MULTAS E JUROS	14.787.366	15.724.769	16.887.442	18.012.534
11180233	100	ISS-DÍVIDA ATIVA	63.335.870	43.213.330	44.741.859	46.270.388
11180234	100	ISS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	9.769.214	10.251.912	11.218.973	11.190.760
11190000		<b>OUTROS IMPOSTOS (1)</b>	<b>2.839.660</b>	<b>2.786.589</b>	<b>2.787.364</b>	<b>2.787.433</b>
11190112	100	OUTROS IMPOSTOS-MULTAS E JUROS	158.792	144.716	144.475	144.439
11190113	100	OUTROS IMPOSTOS-DÍVIDA ATIVA	2.055.448	1.887.339	1.887.885	1.887.939
11190114	100	OUTROS IMPOSTOS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	625.420	754.534	755.004	755.055
11200000		<b>TAXAS</b>	<b>335.762.241</b>	<b>378.173.617</b>	<b>390.654.696</b>	<b>403.479.054</b>
11210000		<b>PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA</b>	<b>135.145.020</b>	<b>196.449.098</b>	<b>203.559.908</b>	<b>210.902.400</b>
11210111	115	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	0	1.066.741	1.104.271	1.142.921
11210111	150	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL (2)	12.339.468	18.306.191	18.992.673	19.704.898
11210111	160	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	11.656.873	17.288.808	17.944.054	18.618.750
11210111	220	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	77.340.103	109.449.395	113.300.062	117.265.565
11210113	100	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA	0	16.530	16.530	16.530
11210113	160	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA	0	164.478	164.477	164.477
11210411	151	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-PRINCIPAL (2)	33.808.576	50.156.955	52.037.841	53.989.260
11220000		<b>PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>200.021.640</b>	<b>181.107.042</b>	<b>186.454.609</b>	<b>191.912.939</b>
11220111	100	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL	54.432.960	116.894	121.007	125.242
11220111	111	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL	451.515	631.951	654.184	677.080
11220111	114	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL	125.015.778	156.254.766	161.752.147	167.413.472
11220112	114	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	2.047.829	2.680.111	2.792.421	2.897.379
11220113	114	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	13.230.936	14.617.070	13.639.361	12.661.652
11220114	114	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	4.214.138	6.142.591	6.807.430	7.424.757
11220211	171	EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAS -PRINCIPAL	628.484	663.659	688.059	713.355
11280191	100	<b>TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS -PR</b>	<b>595.581</b>	<b>617.477</b>	<b>640.179</b>	<b>663.715</b>

Notas: (1) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(2) Projeções fornecidas pela ADASA.

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.

## VALORES CORRENTES EM R\$

CÓDIGO	FONTE	CLASSIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
<b>12200000</b>		<b>CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS</b>	<b>1.409.202</b>	<b>1.355.805</b>	<b>1.372.463</b>	<b>1.389.598</b>
12209911	100	Outras Contribuições Econômicas - Principal	592.471	301.920	301.920	301.920
12209911	152	Outras Contribuições Econômicas - Principal	484.340	600.307	601.008	601.709
12209911	156	Outras Contribuições Econômicas - Principal	332.391	453.578	469.535	485.969
<b>12400000</b>		<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>239.856.023</b>	<b>240.092.216</b>	<b>240.092.333</b>	<b>240.092.353</b>
12400011	134	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Principal	239.818.442	240.071.592	240.071.592	240.071.592
12400013	100	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Dívida Ativa	17.135	7.188	7.188	7.188
12400014	100	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Dívida Ativa	20.446	13.436	13.553	13.573
<b>13000000</b>		<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>67.443.502</b>	<b>57.656.003</b>	<b>57.549.698</b>	<b>57.791.253</b>
<b>13100000</b>		<b>Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado</b>	<b>50.179.605</b>	<b>47.236.075</b>	<b>49.997.629</b>	<b>52.709.411</b>
13100111	120	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.967.512	10.075.163	9.603.437	9.131.710
13100111	170	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	0	1.521.548	1.575.080	1.630.207
13100111	220	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.378.643	2.820.072	2.820.072	2.820.072
13100121	100	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	4.175	1.052.447	1.075.504	1.083.971
13100121	120	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	2.495.816	1.920.273	1.962.344	1.977.792
13100121	220	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	113.398	252.249	257.775	259.805
13100211	100	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	5.174.572	2.975.567	3.389.294	3.803.021
13100211	120	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	19.791.251	2.598.084	2.959.326	3.320.567
13100211	160	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	193.495	3.334.570	3.798.214	4.261.857
13100211	220	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	13.099.768	13.385.893	15.247.089	17.108.284
13100213	100	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	4.507	122.118	123.493	123.883
13100213	160	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso	10.515	702.100	710.010	712.249
13109911	100	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	945.953	3.471.445	3.471.445	3.471.445
13109911	220	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	0	3.004.547	3.004.547	3.004.547
<b>13200000</b>		<b>Valores Mobiliários (2)</b>	<b>16.210.760</b>	<b>10.061.635</b>	<b>7.193.777</b>	<b>4.723.550</b>
13210011	100	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.693.903	8.035.616	5.547.664	3.457.343
13210011	220	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.516.857	2.026.019	1.646.113	1.266.207
<b>13399911</b>	<b>100</b>	<b>Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal</b>	<b>1.053.137</b>	<b>358.293</b>	<b>358.293</b>	<b>358.293</b>
<b>14000000</b>		<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>26.400</b>	<b>16.971</b>	<b>17.146</b>	<b>17.326</b>
14000011	100	Receita Agropecuária - Principal	0	172	178	184
14000011	120	Receita Agropecuária - Principal	26.400	11.999	11.999	11.999
14000011	220	Receita Agropecuária - Principal	0	4.801	4.969	5.143
<b>15000000</b>		<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>4.257.675</b>	<b>10.067.197</b>	<b>11.225.051</b>	<b>12.382.906</b>
15000011	100	Receita Industrial - Principal	45.974	3.712.961	4.140.256	4.567.548
15000011	120	Receita Industrial - Principal	4.211.352	6.345.483	7.075.734	7.805.980
15000011	220	Receita Industrial - Principal	349	8.753	9.061	9.378
<b>16000000</b>		<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>461.787.733</b>	<b>519.152.045</b>	<b>508.497.028</b>	<b>497.843.596</b>
<b>16100000</b>		<b>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais</b>	<b>290.323.930</b>	<b>343.892.531</b>	<b>328.383.133</b>	<b>312.875.321</b>
16100111	100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	28.783	7.785.756	7.403.623	7.021.490
16100111	120	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	11.488.189	410.773	390.612	370.451
16100111	171	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.048.961	12.166.621	11.569.470	10.972.319
16100111	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	256.745.059	296.084.735	281.552.576	267.020.420
16100113	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	264.000	269.036	269.036	269.036
16100114	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multa	264.000	211.910	211.910	211.910
16100211	171	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.002.212	1.462.344	1.513.792	1.566.775
16100311	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	0	16.287.925	16.287.925	16.287.925
16100311	120	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	0	960	960	960
16100311	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	7.159.163	9.057.707	9.057.707	9.057.707
16100313	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	68.245	14.020	9.822	5.624
16100313	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	123.875	89.724	62.857	35.989
16100314	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - M	85.800	3.907	4.073	4.238
16100314	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - M	45.643	47.112	48.770	50.477
<b>16200211</b>	<b>220</b>	<b>Serviços de Transporte - Principal</b>	<b>160.442.426</b>	<b>156.958.542</b>	<b>161.812.923</b>	<b>166.667.303</b>
<b>16400000</b>		<b>Serviços e Atividades Financeiras</b>	<b>10.297.848</b>	<b>18.049.488</b>	<b>18.049.488</b>	<b>18.049.488</b>
16400111	100	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	7.820.914	13.708.057	13.708.057	13.708.057
16400111	171	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.476.483	4.340.641	4.340.641	4.340.641
16400111	220	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	451	790	790	790
<b>16909911</b>	<b>220</b>	<b>Outros Serviços - Principal</b>	<b>723.529</b>	<b>251.484</b>	<b>251.484</b>	<b>251.484</b>
<b>17000000</b>		<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (3)</b>	<b>903.209.498</b>	<b>945.851.565</b>	<b>990.257.559</b>	<b>1.034.518.414</b>
<b>17100000</b>		<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>893.772.087</b>	<b>938.095.356</b>	<b>982.501.349</b>	<b>1.026.762.204</b>
17180111	101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Fed	689.589.861	723.669.733	757.749.608	791.829.478
17180121	102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensa	195.656.930	205.657.771	215.899.435	226.051.193
17180151	105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Princ	1.550.919	1.550.917	1.550.917	1.550.917
17180161	109	Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores de Produtos Industrializa	6.974.377	7.216.935	7.301.389	7.330.616
<b>17400000</b>		<b>Transferências de Instituições Privadas</b>	<b>7.142.308</b>	<b>6.572.054</b>	<b>6.572.054</b>	<b>6.572.054</b>
17481011	171	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	7.142.308	6.572.054	6.572.054	6.572.054
<b>17700000</b>		<b>Transferências de Pessoas Físicas</b>	<b>2.295.103</b>	<b>1.184.155</b>	<b>1.184.156</b>	<b>1.184.156</b>
17700011	171	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.295.103	1.184.155	1.184.156	1.184.156
<b>19000000</b>		<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES (4)</b>	<b>384.051.679</b>	<b>460.606.336</b>	<b>492.955.735</b>	<b>525.306.677</b>
<b>19100000</b>		<b>Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais</b>	<b>289.107.855</b>	<b>341.679.062</b>	<b>371.050.543</b>	<b>400.422.022</b>
19100111	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	86.649.552	12.395.465	13.453.251	14.511.036
19100111	120	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	5.039.874	4.735.695	5.139.823	5.543.951
19100111	160	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	282.721	2.558.947	2.777.319	2.995.690
19100111	171	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	0	3.404.569	3.695.103	3.985.637
19100111	220	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	206.093	750.840	814.914	878.988

Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

VALORES CORRENTES EM R\$

CÓDIGO	FONTE	CLASSIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
19100111	237	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	193.204.199	311.426.654	338.002.718	364.578.780
19100112	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.350.608	950.592	1.073.198	1.195.804
19100112	160	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	0	911.111	1.028.625	1.146.138
19100112	220	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	17.333	39.481	44.573	49.665
19100114	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e	37.993	2.896.044	3.376.359	3.856.674
19100611	171	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	1.353.770	318.204	325.122	332.041
19100611	220	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	965.712	1.291.459	1.319.538	1.347.618
<b>19200000</b>		<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos</b>	<b>37.987.447</b>	<b>43.173.965</b>	<b>46.151.883</b>	<b>49.131.346</b>
19210111	100	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	14.216	193.119	193.119	193.119
19210111	220	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	4.774	2.336	2.336	2.336
19219911	100	Outras Indenizações - Principal	6.703.053	1.096.609	1.073.865	1.051.121
19219911	120	Outras Indenizações - Principal	22.376	1.668.082	1.633.485	1.598.888
19219911	220	Outras Indenizações - Principal	713.164	2.446.842	2.396.093	2.345.345
19220611	100	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	23.312	268.297	277.736	287.457
19220611	171	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	194	2.872	2.973	3.077
19220611	220	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	554.768	303.821	314.510	325.518
19229911	100	Outras Restituições - Principal	29.370.757	16.935.727	18.351.531	19.767.336
19229911	220	Outras Restituições - Principal	3.014	181.285	196.440	211.595
19229911	570	Outras Restituições - Principal	0	19.178.124	20.781.389	22.384.655
19239911	100	Outros Ressarcimentos - Principal	440.921	342.702	354.759	367.176
19239911	120	Outros Ressarcimentos - Principal	136.898	554.150	573.646	593.723
<b>19900000</b>		<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>56.956.377</b>	<b>75.753.309</b>	<b>75.753.309</b>	<b>75.753.309</b>
19901221	100	Ônus de Sucumbência - Principal	2.320	117	117	117
19901221	171	Ônus de Sucumbência - Principal	3.140.345	3.244.698	3.244.698	3.244.698
19909911	100	Outras Receitas - Primárias - Principal	35.765.899	41.336.201	41.336.201	41.336.201
19909911	120	Outras Receitas - Primárias - Principal	2.812.670	537.847	537.847	537.847
19909911	169	Outras Receitas - Primárias - Principal	4.971.869	7.832.708	7.832.708	7.832.708
19909911	171	Outras Receitas - Primárias - Principal	418.228	2.214	2.214	2.214
19909911	220	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.307.340	1.459.834	1.459.834	1.459.834
19909913	100	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	6.646.032	6.630.683	6.630.683	6.630.683
19909914	100	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.891.674	13.948.233	13.948.233	13.948.233
19909914	171	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	0	760.774	760.774	760.774
<b>29900011</b>	<b>172</b>	<b>Demais Receitas de Capital - Principal</b>	<b>20.000.000</b>	<b>257.250.210</b>	<b>266.300.830</b>	<b>275.621.359</b>
<b>76000000</b>		<b>Receita de Serviços</b>	<b>47.465.238</b>	<b>50.022.469</b>	<b>51.782.368</b>	<b>53.594.750</b>
76100111	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	19.087.225	19.721.509	20.415.354	21.129.892
76100311	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	0	979.923	1.014.398	1.049.902
76200211	220	Serviços de Transporte - Principal	28.378.013	29.321.037	30.352.615	31.414.956
		<b>Receita Programa de Regularização de Débitos não tributários</b>	<b>90.905.273</b>	<b>45.616.804</b>	<b>27.940.174</b>	<b>21.381.342</b>

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras do RPPS, Transferências do SUS, FNAS, FNDE, Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas.

(2) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(3) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180800, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000

(4) Exceto conta 19900300

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.

Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

VALORES CONSTANTES EM R\$ 1,00 (1)

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
11000000		<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>	<b>16.570.474.625</b>	<b>16.698.069.760</b>	<b>16.800.121.814</b>	<b>16.885.656.194</b>
11100000		<b>IMPOSTOS</b>	<b>16.246.219.892</b>	<b>16.346.372.776</b>	<b>16.449.878.729</b>	<b>16.536.647.942</b>
11130000	100	<b>IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA</b>	<b>3.292.107.013</b>	<b>3.287.036.893</b>	<b>3.280.352.118</b>	<b>3.275.661.347</b>
11180000		<b>IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS</b>	<b>12.943.442.521</b>	<b>13.047.842.545</b>	<b>13.157.319.158</b>	<b>13.248.063.539</b>
11180100		<b>IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS</b>	<b>2.704.347.320</b>	<b>2.671.337.883</b>	<b>2.698.013.928</b>	<b>2.723.678.753</b>
11180110	100	<b>IPTU</b>	<b>1.041.116.168</b>	<b>1.051.352.089</b>	<b>1.058.756.059</b>	<b>1.066.338.781</b>
11180111	100	<b>IPTU-PRINCIPAL</b>	<b>910.241.801</b>	<b>906.362.483</b>	<b>904.519.234</b>	<b>903.225.808</b>
11180112	100	<b>IPTU-MULTAS E JUROS</b>	<b>10.920.787</b>	<b>10.976.610</b>	<b>11.159.250</b>	<b>11.294.572</b>
11180113	100	<b>IPTU-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>97.553.518</b>	<b>104.874.901</b>	<b>112.196.284</b>	<b>119.517.667</b>
11180114	100	<b>IPTU-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>22.400.062</b>	<b>29.138.095</b>	<b>30.881.291</b>	<b>32.300.735</b>
11180120	100	<b>IPVA</b>	<b>1.151.201.881</b>	<b>1.163.818.524</b>	<b>1.170.874.918</b>	<b>1.178.087.043</b>
11180121	100	<b>IPVA-PRINCIPAL</b>	<b>999.245.699</b>	<b>996.403.918</b>	<b>993.959.830</b>	<b>992.137.427</b>
11180122	100	<b>IPVA-MULTAS E JUROS</b>	<b>44.446.988</b>	<b>45.283.576</b>	<b>46.008.997</b>	<b>46.589.588</b>
11180123	100	<b>IPVA-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>93.439.323</b>	<b>100.451.936</b>	<b>107.464.548</b>	<b>114.477.161</b>
11180124	100	<b>IPVA-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>14.069.872</b>	<b>21.679.094</b>	<b>23.441.542</b>	<b>24.882.867</b>
11180130	100	<b>ITCD</b>	<b>144.579.618</b>	<b>151.177.593</b>	<b>157.788.984</b>	<b>163.772.486</b>
11180131	100	<b>ITCD-PRINCIPAL</b>	<b>126.824.012</b>	<b>132.299.909</b>	<b>137.457.706</b>	<b>142.143.508</b>
11180132	100	<b>ITCD-MULTAS E JUROS</b>	<b>11.407.296</b>	<b>12.614.063</b>	<b>13.694.065</b>	<b>14.661.156</b>
11180133	100	<b>ITCD-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>5.548.749</b>	<b>5.131.916</b>	<b>5.355.801</b>	<b>5.561.297</b>
11180134	100	<b>ITCD-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>799.561</b>	<b>1.131.706</b>	<b>1.281.411</b>	<b>1.406.525</b>
11180140	100	<b>ITBI</b>	<b>367.449.653</b>	<b>304.989.677</b>	<b>310.593.967</b>	<b>315.480.444</b>
11180141	100	<b>ITBI-PRINCIPAL</b>	<b>366.490.140</b>	<b>304.046.285</b>	<b>309.619.194</b>	<b>314.498.497</b>
11180142	100	<b>ITBI-MULTAS E JUROS</b>	<b>563.798</b>	<b>548.027</b>	<b>542.748</b>	<b>536.548</b>
11180143	100	<b>ITBI-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>285.153</b>	<b>306.554</b>	<b>327.954</b>	<b>349.355</b>
11180144	100	<b>ITBI-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>110.561</b>	<b>88.812</b>	<b>104.071</b>	<b>96.044</b>
11180200		<b>IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E S</b>	<b>10.239.095.201</b>	<b>10.376.504.661</b>	<b>10.459.305.230</b>	<b>10.524.384.786</b>
11180210	100	<b>ICMS</b>	<b>8.227.638.311</b>	<b>8.330.086.306</b>	<b>8.382.666.010</b>	<b>8.421.580.662</b>
11180211	100	<b>ICMS-PRINCIPAL</b>	<b>7.991.339.467</b>	<b>8.100.362.583</b>	<b>8.140.383.561</b>	<b>8.167.496.884</b>
11180212	100	<b>ICMS-MULTAS E JUROS</b>	<b>32.186.070</b>	<b>31.677.673</b>	<b>33.454.208</b>	<b>34.991.656</b>
11180213	100	<b>ICMS-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>108.030.474</b>	<b>116.138.152</b>	<b>124.245.829</b>	<b>132.353.507</b>
11180214	100	<b>ICMS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>34.169.409</b>	<b>19.551.465</b>	<b>21.905.938</b>	<b>23.842.748</b>
11180221	100	<b>ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE A POBREZA-PRINCIPAL</b>	<b>61.684.457</b>	<b>62.111.967</b>	<b>62.418.298</b>	<b>62.625.826</b>
11180222	100	<b>ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE A POBREZA-MULTAS E JUR</b>	<b>228.434</b>	<b>244.466</b>	<b>258.176</b>	<b>270.041</b>
11180230	100	<b>ISS</b>	<b>2.011.456.890</b>	<b>2.046.418.355</b>	<b>2.076.639.220</b>	<b>2.102.804.123</b>
11180231	100	<b>ISS-PRINCIPAL</b>	<b>1.942.501.754</b>	<b>1.973.623.292</b>	<b>1.999.407.855</b>	<b>2.022.115.530</b>
11180232	100	<b>ISS-MULTAS E JUROS</b>	<b>14.279.661</b>	<b>14.623.848</b>	<b>15.140.506</b>	<b>15.580.791</b>
11180233	100	<b>ISS-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>45.241.674</b>	<b>48.637.058</b>	<b>52.032.441</b>	<b>55.427.825</b>
11180234	100	<b>ISS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>9.433.801</b>	<b>9.534.157</b>	<b>10.058.416</b>	<b>9.679.976</b>
11190000		<b>OUTROS IMPOSTOS (2)</b>	<b>10.670.358</b>	<b>11.493.337</b>	<b>12.207.453</b>	<b>12.923.056</b>
11190112	100	<b>OUTROS IMPOSTOS-MULTAS E JUROS</b>	<b>153.340</b>	<b>134.584</b>	<b>129.530</b>	<b>124.939</b>
11190113	100	<b>OUTROS IMPOSTOS-DÍVIDA ATIVA</b>	<b>9.913.071</b>	<b>10.657.046</b>	<b>11.401.021</b>	<b>12.144.996</b>
11190114	100	<b>OUTROS IMPOSTOS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS</b>	<b>603.947</b>	<b>701.708</b>	<b>676.902</b>	<b>653.121</b>
11200000		<b>TAXAS</b>	<b>324.254.733</b>	<b>351.696.984</b>	<b>350.243.085</b>	<b>349.008.252</b>
11210000		<b>PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA</b>	<b>130.504.993</b>	<b>182.695.334</b>	<b>182.502.478</b>	<b>182.429.986</b>
11210111	115	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL</b>	-	<b>992.056</b>	<b>990.039</b>	<b>988.623</b>
11210111	150	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL (3)</b>	<b>11.915.809</b>	<b>17.024.541</b>	<b>17.027.959</b>	<b>17.044.682</b>
11210111	160	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL</b>	<b>11.256.650</b>	<b>16.078.387</b>	<b>16.087.816</b>	<b>16.105.167</b>
11210111	220	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL</b>	<b>74.684.732</b>	<b>101.786.641</b>	<b>101.579.640</b>	<b>101.434.385</b>
11210113	100	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA</b>	-	<b>15.373</b>	<b>14.820</b>	<b>14.298</b>
11210113	160	<b>TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA</b>	-	<b>152.962</b>	<b>147.462</b>	<b>142.272</b>
11210411	151	<b>TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-PRINCIPAL (3)</b>	<b>32.647.803</b>	<b>46.645.374</b>	<b>46.654.742</b>	<b>46.700.559</b>
11220000		<b>PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>	<b>193.154.159</b>	<b>168.427.404</b>	<b>167.166.652</b>	<b>166.004.155</b>
11220111	100	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL</b>	<b>52.564.076</b>	<b>108.710</b>	<b>108.489</b>	<b>108.334</b>
11220111	111	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL</b>	<b>436.013</b>	<b>587.706</b>	<b>586.511</b>	<b>585.673</b>
11220111	114	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -PRINCIPAL</b>	<b>120.723.525</b>	<b>145.315.081</b>	<b>145.019.557</b>	<b>144.812.185</b>
11220112	114	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS</b>	<b>1.977.519</b>	<b>2.492.471</b>	<b>2.503.557</b>	<b>2.506.225</b>
11220113	114	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA</b>	<b>12.776.669</b>	<b>13.593.702</b>	<b>12.228.426</b>	<b>10.952.294</b>
11220114	114	<b>TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA MULTAS E</b>	<b>4.069.451</b>	<b>5.712.537</b>	<b>6.103.230</b>	<b>6.422.394</b>
11220211	171	<b>EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAS -PRINCIPAL</b>	<b>606.906</b>	<b>617.195</b>	<b>616.882</b>	<b>617.050</b>
11280191	100	<b>TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS -PI</b>	<b>595.581</b>	<b>574.246</b>	<b>573.955</b>	<b>574.111</b>

Notas: (1) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo II) para o ano de 2019 pelo IPCA médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 19/07/2019, para o IPCA acumulado: 3,8% em 2019; 3,88% em 2020; 3,80% em 2021; 3,67% em 2022; e 3,63% para 2023 (www.bcb.gov.br).

(2) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(3) Projeções fornecidas pela ADASA.

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.

## VALORES CONSTANTES EM R\$ 1,00

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
<b>12200000</b>		<b>CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS</b>	<b>1.360.819</b>	<b>1.260.882</b>	<b>1.230.488</b>	<b>1.201.999</b>
12209911	100	Outras Contribuições Econômicas - Principal	572.129	280.782	270.688	261.160
12209911	152	Outras Contribuições Econômicas - Principal	467.711	558.278	538.836	520.477
12209911	156	Outras Contribuições Econômicas - Principal	320.979	421.822	420.964	420.362
<b>12400000</b>		<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>231.620.881</b>	<b>223.282.917</b>	<b>215.255.775</b>	<b>207.679.213</b>
12400011	134	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Principal	231.584.590	223.263.737	215.237.180	207.661.255
12400013	100	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Dívida Ativa	16.547	6.685	6.444	6.218
12400014	100	Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Dívida Ativa - Multas e	19.744	12.495	12.151	11.740
<b>13000000</b>		<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	<b>65.127.918</b>	<b>53.619.400</b>	<b>51.596.420</b>	<b>49.989.272</b>
<b>13100000</b>		<b>Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado</b>	<b>48.456.754</b>	<b>43.928.990</b>	<b>44.825.581</b>	<b>45.593.493</b>
13100111	120	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.762.625	9.369.782	8.610.001	7.898.904
13100111	170	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	-	1.415.022	1.412.144	1.410.125
13100111	220	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.296.975	2.622.634	2.528.347	2.439.354
13100121	100	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	4.032	978.763	964.248	937.632
13100121	120	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	2.410.125	1.785.832	1.759.348	1.710.785
13100121	220	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	109.505	234.588	231.109	224.730
13100211	100	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	4.996.910	2.767.242	3.038.686	3.289.603
13100211	120	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	19.111.744	2.416.187	2.653.196	2.872.281
13100211	160	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	186.852	3.101.111	3.405.304	3.686.495
13100211	220	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	12.650.005	12.448.722	13.669.840	14.798.618
13100213	100	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	4.352	113.568	110.719	107.158
13100213	160	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso Imóveis Pú	10.154	652.944	636.562	616.093
13109911	100	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	913.475	3.228.402	3.112.338	3.002.790
13109911	220	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	-	2.794.194	2.693.739	2.598.925
<b>13200000</b>		<b>Valores Mobiliários (2)</b>	<b>15.654.185</b>	<b>9.357.202</b>	<b>6.449.610</b>	<b>4.085.857</b>
13210011	100	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.223.741	7.473.028	4.973.781	2.990.592
13210011	220	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.430.444	1.884.174	1.475.829	1.095.265
<b>13399911</b>	<b>100</b>	<b>Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal</b>	<b>1.016.979</b>	<b>333.208</b>	<b>321.229</b>	<b>309.922</b>
<b>14000000</b>		<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>	<b>25.494</b>	<b>15.783</b>	<b>15.373</b>	<b>14.987</b>
14000011	100	Receita Agropecuária - Principal	-	160	159	159
14000011	120	Receita Agropecuária - Principal	25.494	11.159	10.758	10.379
14000011	220	Receita Agropecuária - Principal	-	4.464	4.455	4.449
<b>15000000</b>		<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>	<b>4.111.493</b>	<b>9.362.374</b>	<b>10.063.866</b>	<b>10.711.179</b>
15000011	100	Receita Industrial - Principal	44.396	3.453.010	3.711.964	3.950.917
15000011	120	Receita Industrial - Principal	4.066.761	5.901.224	6.343.779	6.752.151
15000011	220	Receita Industrial - Principal	337	8.140	8.124	8.112
<b>16000000</b>		<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	<b>445.932.856</b>	<b>482.805.252</b>	<b>455.895.115</b>	<b>430.633.317</b>
<b>16100000</b>		<b>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais</b>	<b>280.356.038</b>	<b>319.815.980</b>	<b>294.413.257</b>	<b>270.636.277</b>
16100111	100	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	27.795	7.240.661	6.637.749	6.073.569
16100111	120	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	11.093.757	382.014	350.205	320.439
16100111	171	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	12.600.942	11.314.813	10.372.656	9.491.025
16100111	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	247.930.054	275.355.296	252.427.128	230.971.916
16100113	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	254.936	250.201	241.206	232.716
16100114	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - Multas e Juros	254.936	197.074	189.989	183.302
16100211	171	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	967.802	1.359.962	1.357.197	1.355.256
16100311	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	-	15.147.577	14.603.006	14.089.009
16100311	120	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	-	893	861	830
16100311	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	6.913.363	8.423.560	8.120.725	7.834.891
16100313	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	65.902	13.038	8.806	4.864
16100313	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa	119.622	83.442	56.354	31.131
16100314	100	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juro	82.854	3.634	3.652	3.666
16100314	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juro	44.076	43.814	43.725	43.662
<b>16200211</b>	<b>220</b>	<b>Serviços de Transporte - Principal</b>	<b>154.933.845</b>	<b>145.969.585</b>	<b>145.074.046</b>	<b>144.166.751</b>
<b>16400000</b>		<b>Serviços e Atividades Financeiras</b>	<b>9.944.285</b>	<b>16.785.810</b>	<b>16.182.343</b>	<b>15.612.757</b>
16400111	171	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	7.552.393	12.748.330	12.290.015	11.857.431
16400111	220	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	2.391.456	4.036.744	3.891.619	3.754.642
16400111	220	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	436	735	709	684
<b>16909911</b>	<b>220</b>	<b>Outros Serviços - Principal</b>	<b>698.688</b>	<b>233.877</b>	<b>225.469</b>	<b>217.533</b>
<b>17000000</b>		<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (3)</b>	<b>872.198.983</b>	<b>838.410.638</b>	<b>848.007.137</b>	<b>894.855.533</b>
<b>17100000</b>		<b>Transferências da União e de suas Entidades</b>	<b>863.085.593</b>	<b>831.197.455</b>	<b>841.053.274</b>	<b>888.146.433</b>
17180111	101	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - Princ	665.913.696	641.310.403	648.809.095	684.930.282
17180121	102	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principa	188.939.306	181.958.627	184.383.326	195.533.649
17180151	105	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	1.497.670	1.442.336	1.390.481	1.341.539
17180161	109	Cota-Parte do IPI - Estados Exportadores de Produtos Industrializados - Princ	6.734.921	6.486.088	6.470.372	6.340.962
<b>17400000</b>		<b>Transferências de Instituições Privadas</b>	<b>6.897.086</b>	<b>6.111.932</b>	<b>5.892.202</b>	<b>5.684.808</b>
17481011	171	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	6.897.086	6.111.932	5.892.202	5.684.808
<b>17700000</b>		<b>Transferências de Pessoas Físicas</b>	<b>2.216.304</b>	<b>1.101.251</b>	<b>1.061.660</b>	<b>1.024.292</b>
17700011	171	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	2.216.304	1.101.251	1.061.660	1.024.292
<b>19000000</b>		<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES (4)</b>	<b>370.865.768</b>	<b>428.358.437</b>	<b>441.961.504</b>	<b>454.388.805</b>
<b>19100000</b>		<b>Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais</b>	<b>279.181.715</b>	<b>317.757.480</b>	<b>332.666.900</b>	<b>346.363.929</b>
19100111	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	83.674.553	11.527.636	12.061.568	12.552.006
19100111	120	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.866.837	4.404.141	4.608.130	4.795.502
19100111	160	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	273.014	2.379.791	2.490.017	2.591.264

Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

VALORES CONSTANTES EM R\$ 1,00

CÓDIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023
19100111	171	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	-	3.166.209	3.312.860	3.447.565
19100111	220	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	199.017	698.272	730.615	760.322
19100111	237	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	186.570.786	289.623.100	303.037.736	315.359.624
19100112	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.304.237	884.039	962.180	1.034.367
19100112	120	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	-	847.323	922.218	991.407
19100112	220	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	16.738	36.717	39.962	42.960
19100114	100	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	36.689	2.693.287	3.027.089	3.336.012
19100611	171	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	1.307.290	295.926	291.490	287.214
19100611	220	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	932.556	1.201.041	1.183.037	1.165.686
<b>19200000</b>		<b>Indenizações, Restituições e Ressarcimentos</b>	<b>36.683.198</b>	<b>40.151.276</b>	<b>41.377.661</b>	<b>42.498.477</b>
19210111	100	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	13.728	179.599	173.142	167.048
19210111	220	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	4.610	2.172	2.094	2.020
19219911	100	Outras Indenizações - Principal	6.472.912	1.019.833	962.778	909.217
19219911	120	Outras Indenizações - Principal	21.608	1.551.296	1.464.508	1.383.034
19219911	220	Outras Indenizações - Principal	688.678	2.275.534	2.148.228	2.028.717
19220611	100	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	22.512	249.513	249.006	248.649
19220611	171	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	187	2.671	2.665	2.662
19220611	220	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	535.721	282.550	281.975	281.572
19229911	100	Outras Restituições - Principal	28.362.351	15.750.026	16.453.141	17.098.690
19229911	220	Outras Restituições - Principal	2.911	168.593	176.119	183.029
19229911	570	Outras Restituições - Principal	-	17.835.428	18.631.640	19.362.664
19239911	100	Outros Ressarcimentos - Principal	425.783	318.709	318.061	317.606
19239911	120	Outros Ressarcimentos - Principal	132.198	515.352	514.304	513.569
<b>19900000</b>		<b>Demais Receitas Correntes</b>	<b>55.000.854</b>	<b>70.449.680</b>	<b>67.916.943</b>	<b>65.526.400</b>
19901221	100	Ônus de Sucumbência - Principal	2.240	109	105	101
19901221	171	Ônus de Sucumbência - Principal	3.032.525	3.017.531	2.909.047	2.806.655
19909911	100	Outras Receitas - Primárias - Principal	34.537.924	38.442.177	37.060.142	35.755.698
19909911	120	Outras Receitas - Primárias - Principal	2.716.101	500.192	482.209	465.236
19909911	169	Outras Receitas - Primárias - Principal	4.801.166	7.284.326	7.022.447	6.775.270
19909911	171	Outras Receitas - Primárias - Principal	403.869	2.059	1.985	1.915
19909911	220	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.262.454	1.357.629	1.308.820	1.262.753
19909913	100	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	6.417.849	6.166.456	5.944.766	5.735.522
19909914	100	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.826.726	12.971.691	12.505.346	12.065.183
19909914	171	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	-	707.511	682.075	658.067
<b>29900011</b>	<b>172</b>	<b>Demais Receitas de Capital - Principal</b>	<b>19.313.326</b>	<b>239.239.648</b>	<b>238.753.112</b>	<b>238.411.704</b>
<b>76000000</b>		<b>Receita de Serviços</b>	<b>45.835.581</b>	<b>46.520.303</b>	<b>46.425.696</b>	<b>46.359.309</b>
76100111	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	18.431.890	18.340.770	18.303.470	18.277.297
76100311	220	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	-	911.316	909.463	908.163
76200211	220	Serviços de Transporte - Principal	27.403.691	27.268.217	27.212.763	27.173.849
		<b>Receita Programa de Regularização de Débitos não tributários</b>	<b>87.784.160</b>	<b>42.423.087</b>	<b>25.049.879</b>	<b>18.494.801</b>

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras do RPPS, Transferências do SUS, FNAS, FNDE, Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas.

(2) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(3) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180800, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000

(4) Exceto conta 19900300

(5) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo II) para o ano de 2019 pelo IPCA médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 19/07/2019, para o IPCA acumulado: 3,8% em 2019; 3,88% em 2020; 3,80% em 2021; 3,67% em 2022; e 3,63% para 2023 (www.bcb.gov.br).

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.

Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

ANEXO II.6

EXPANSÃO REAL DAS RECEITAS PREVISTAS: 2020 A 2023  
VALORES CONSTANTES EM R\$ 1,00 (1) E (6)

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	2020-2019	2021-2020	2022-2021	2023-2022
	<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS (1)</b>	(220.734.363,50)	87.358.372,96	71.007.696,90	104.020.137,34
11000000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	(234.713.180,27)	127.595.135,18	102.052.053,73	85.534.380,86
11100000	IMPOSTOS	(203.194.179,90)	100.152.883,68	103.505.953,04	86.769.213,37
11130000	IMPOSTO S/RENTA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	(456.992,75)	(5.070.119,81)	(6.684.775,17)	(4.690.770,87)
11180000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	(210.240.682,56)	104.400.023,80	109.476.612,91	90.744.381,34
11180100	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	(225.160.966,07)	(33.009.436,35)	26.676.044,50	25.664.825,50
11180110	IPTU	(56.966.167,69)	10.235.921,42	7.403.969,45	7.582.722,31
11180120	IPVA	(135.219.396,14)	12.616.643,15	7.056.393,68	7.212.125,16
11180130	ITCD	(9.635.382,97)	6.597.975,14	6.611.390,74	5.983.501,84
11180140	ITBI	(23.340.019,27)	(62.459.976,06)	5.604.290,62	4.886.476,20
11180200	IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	14.920.283,52	137.409.460,15	82.800.568,41	65.079.555,84
11180210	ICMS	32.643.443,12	102.447.994,60	52.579.704,20	38.914.652,25
11180230	ISS	(17.723.159,60)	34.961.465,55	30.220.864,20	26.164.903,59
11190000	OUTROS IMPOSTOS (2)	7.503.495,41	822.979,70	714.115,31	715.602,90
11200000	TAXAS	(31.519.000,37)	27.442.251,50	(1.453.899,32)	(1.234.832,51)
12200000	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	(85.015,49)	(99.936,75)	(30.394,40)	(28.489,22)
12400000	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	(9.736.142,94)	(8.337.963,88)	(8.027.141,83)	(7.576.561,80)
13000000	RECEITA PATRIMONIAL (3)	6.763.134,53	(11.508.517,80)	(2.022.979,99)	(1.607.148,00)
14000000	RECEITA AGROPECUÁRIA	8.231,59	(9.710,50)	(410,58)	(385,25)
15000000	RECEITA INDUSTRIAL	(4.753.326,89)	5.250.880,29	701.492,70	647.313,08
16000000	RECEITA DE SERVIÇOS	(82.051.040,10)	36.872.396,38	(26.910.137,50)	(25.261.797,68)
17000000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (4)	3.296.134,64	(32.164.077,27)	9.596.499,67	46.848.396,01
19000000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)	13.548.888,47	14.805.534,74	13.603.067,62	12.427.301,16
29900011	DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL	(33.261,19)	(369.017,36)	(486.536,45)	(341.407,29)
76000000	RECEITA DE SERVIÇOS	(762.945,37)	684.722,05	(94.607,33)	(66.386,87)
	<b>Receita Programa de Regularização de Débitos não tributários</b>	87.784.159,52	(45.361.072,12)	(17.373.208,75)	(6.555.077,67)

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras do RPPS, Transferências do SUS, FNAS, FNDE, Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas.

(2) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(3) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(4) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180800, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000.

(5) Exceto conta 19900300.

(6) Valores constantes obtidos por meio da deflação dos valores correntes (Anexo II) para o ano de 2019 pelo IPCA médio calculado com base nas seguintes expectativas do mercado financeiro, em 19/07/2019, para o IPCA acumulado: 3,8% em 2019; 3,88% em 2020; 3,80% em 2021; 3,67% em 2022; e 3,63% para 2023 ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)).

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.



**ANEXO II.7**  
**MARGEM DE EXPANSÃO NOMINAL DA RECEITA PARA 2020**  
**VALORES CORRENTES EM R\$ 1.00**

CLASSIFICAÇÃO	Conta	FONTE	2019			2020	EXPANSÃO DA RECEITA (2020 - 2019)
			REALIZADA JAN-JUN	PREVISÃO JUL-DEZ	TOTAL		
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS (1)</b>			<b>9.406.121.856</b>	<b>9.512.872.025</b>	<b>18.918.993.881</b>	<b>19.599.154.072</b>	<b>485.511.996</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>			<b>8.340.475.862</b>	<b>8.440.895.368</b>	<b>16.781.371.230</b>	<b>17.378.741.849</b>	<b>597.370.619</b>
<b>IMPOSTOS</b>			<b>8.143.787.665</b>	<b>8.305.626.407</b>	<b>16.449.414.072</b>	<b>17.042.979.608</b>	<b>593.565.536</b>
IMPOSTO S/RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	11130000	100	1.441.455.836	1.851.108.170	3.292.564.006	3.409.155.916	116.591.910
IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF MUNICÍPIOS	11180000		6.700.732.107	6.452.951.096	13.153.683.204	13.630.984.032	477.300.828
IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	11180100		1.765.111.142	1.164.397.144	2.929.508.286	2.808.791.112	(120.717.174)
IPTU	11180110	100	488.470.166	609.612.170	1.098.082.336	1.104.481.112	6.398.776
IPVA	11180120	100	1.027.243.721	259.177.556	1.286.421.277	1.173.958.828	(112.462.449)
ITCD	11180130	100	67.699.306	86.515.695	154.215.001	149.720.060	(4.494.941)
ITBI	11180140	100	181.697.948	209.091.724	390.789.672	380.631.112	(10.158.560)
IMPOSTOS S/ PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	11180200		4.935.620.966	5.288.953.952	10.224.174.918	10.822.192.920	598.018.002
ICMS	11180210	100	3.980.310.287	4.214.684.581	8.194.994.868	8.722.734.224	527.739.356
ISS	11180230	100	955.310.678	1.073.869.371	2.029.180.049	2.099.458.696	70.278.647
OUTROS IMPOSTOS (2)	11190000	100	1.599.722	1.567.141	3.166.862	2.839.660	(327.202)
<b>TAXAS</b>			<b>196.688.197</b>	<b>135.268.961</b>	<b>331.957.158</b>	<b>335.762.241</b>	<b>3.805.083</b>
PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	11210000		108.437.849	47.390.893	155.828.742	135.145.020	(20.683.722)
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	11210111	115	691.511	302.213	993.725	0	(993.725)
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	11210111	150	7.045.294	3.079.024	10.124.319	12.339.468	2.215.149
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	11210111	160	4.172.802	1.823.651	5.996.453	11.656.873	5.660.420
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL	11210111	220	74.424.969	32.526.150	106.951.119	77.340.103	(29.611.016)
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA	11210113	100	7.656	3.346	11.002	0	(11.002)
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-DÍVIDA ATIVA	11210113	160	76.179	33.293	109.472	0	(109.472)
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-PRINCIPAL	11210411	151	22.019.436,97	9.623.215	31.642.652	33.808.576	2.165.924
<b>PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS</b>			<b>87.775.789</b>	<b>87.725.910</b>	<b>175.501.700</b>	<b>200.021.640</b>	<b>24.519.940</b>
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL	11220111	100	19.013	71.629	90.642	54.432.960	54.342.318
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL	11220111	111	102.787	387.241	490.028	451.515	(38.513)
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL	11220111	114	74.018.757	75.336.005	149.354.762	125.015.778	(24.338.984)
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-MULTAS E JUROS	11220112	114	354.797	590.938	945.735	2.047.829	1.102.094
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-MULTAS E JUROS	11220112	151	586.944	977.596	1.564.540	-	(1.564.540)
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-DÍVIDA ATIVA	11220113	114	6.626.920	4.895.336	11.522.256	13.230.936	1.708.680
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-DÍVIDA ATIVA	11220113	151	3.121.130	2.305.593	5.426.723	-	(5.426.723)
TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS	11220114	114	2.816.585	2.649.369	5.465.954	4.214.138	(1.251.816)
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	11220211	100	28.019	111.375	139.394	-	(139.394)
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS-PRINCIPAL	11220211	171	100.837	400.828	501.665	628.484	126.819
TAXAS-ESPECÍFICAS DE ESTADOS/DF E MUNICÍPIOS			474.559	152.158	626.717	595.581	(31.136)
TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-OUTRAS-PRINCIPAL	11280191	100	474.559	152.158	626.717	595.581	(31.136)
<b>CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS</b>			<b>521.415</b>	<b>924.420</b>	<b>1.445.834</b>	<b>1.409.202</b>	<b>(36.632)</b>
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	12209911	100	277.137	150.960	428.097	592.471	164.374
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	12209911	152	244.278	350.929	595.207	484.340	(110.867)
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	12209911	156	-	422.531	422.531	332.391	(90.140)
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA</b>			<b>121.312.160</b>	<b>120.044.863</b>	<b>241.357.024</b>	<b>239.856.023</b>	<b>(1.521.447)</b>
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Principal	12400011	134	121.303.307	120.035.796	241.339.103	239.818.442	(1.520.661)
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - Dívida Ativa	12400013	100	8.854	9.067	17.921	67.443.502	17.841.122
<b>RECEITA PATRIMONIAL (3)</b>			<b>30.310.221</b>	<b>28.054.562</b>	<b>58.364.783</b>	<b>20.876.247</b>	<b>564.822</b>
RECEITA PATRIMONIAL (3)		100	9.960.870,85	10.350.554	20.311.425	28.254.579	16.236.861
RECEITA PATRIMONIAL (3)		120	6.607.152,37	6.098.945	12.706.097	204.010	(3.162.841)
RECEITA PATRIMONIAL (3)		160	1.775.379,81	1.591.471	3.366.851	0	6.656.627
RECEITA PATRIMONIAL (3)		170	1.024.997,64	392.404	1.417.401	18.108.666	(2.454.342)
RECEITA PATRIMONIAL (3)		220	10.941.820,58	9.621.188	20.563.008	26.400	9.138
<b>RECEITA AGROPECUÁRIA</b>			<b>9.018</b>	<b>8.244</b>	<b>17.262</b>	<b>-</b>	<b>(160)</b>
RECEITA AGROPECUÁRIA		100	80	80	160	26.400	13.770
RECEITA AGROPECUÁRIA		120	6.702	5.928	12.630	-	(4.472)
RECEITA AGROPECUÁRIA		220	2.236	2.236	4.472	4.257.675	(4.607.145)
<b>RECEITA INDUSTRIAL</b>			<b>4.709.923</b>	<b>4.154.897</b>	<b>8.864.820</b>	<b>45.974</b>	<b>(3.223.364)</b>
RECEITA INDUSTRIAL		100	1.738.615	1.530.724	3.269.338	4.211.352	(1.375.976)
RECEITA INDUSTRIAL		120	2.971.308	2.616.020	5.587.328	349	(7.805)
RECEITA INDUSTRIAL		220	-	8.154	8.154	461.787.733	(63.685.880)
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>			<b>256.163.854</b>	<b>271.820.042</b>	<b>527.983.896</b>	<b>7.974.959</b>	<b>(36.932.239)</b>
RECEITA DE SERVIÇOS		100	25.692.569	19.243.412	44.935.981	11.516.972	13.570.301
RECEITA DE SERVIÇOS		120	202.116	226.055	428.171	16.527.656	(4.550.605)
RECEITA DE SERVIÇOS		171	11.501.544	9.576.717	21.078.261	425.768.146	(35.773.337)
RECEITA DE SERVIÇOS		220	218.767.624	242.773.859	461.541.483	903.209.498	34.248.900
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (4)</b>			<b>460.159.773</b>	<b>407.118.807</b>	<b>867.278.580</b>	<b>689.589.861</b>	<b>24.210.647</b>
COTA-PARTE FPE		101	358.655.332	306.723.882	665.379.214	195.656.930	10.645.913
COTA-PARTE FPM		102	93.323.946	91.687.071	185.011.017	1.550.919	(92.042)
COTA-PARTE ITR		105	423.173	1.219.788	1.642.961	6.974.377	635.698
COTA-PARTE IPI EXPORTAÇÃO PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		109	2.895.786	3.442.893	6.338.679	9.437.411	(1.151.316)
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		171	4.861.536	4.045.172	8.906.708	384.051.679	33.763.260
<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)</b>			<b>178.089.715</b>	<b>207.622.210</b>	<b>385.711.925</b>	<b>168.896.337</b>	<b>78.570.558</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		100	44.933.093	48.385.086	93.318.179	8.011.818	2.872.230
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		120	2.864.391	3.924.916	6.789.307	282.721	(2.539.229)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		160	1.292.100	1.529.850	2.821.950	4.971.869	(3.585.166)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		169	4.640.681	3.916.354	8.557.035	4.912.537	28.608.927
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		171	3.353.201	3.731.796	7.084.997	3.772.198	(2.504.421)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		220	2.470.133	3.806.486	6.276.619	193.204.199	(67.659.638)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES (5)		237	118.536.116	142.327.721	260.863.837	20.000.000	(219.641.927)
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL - PRINCIPAL		172	7.046.062	232.595.864	239.641.927	47.465.238	866.771
<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>			<b>14.369.914</b>	<b>32.228.612</b>	<b>46.598.527</b>	<b>90.905.273</b>	<b>90.905.273</b>
<b>Receita Programa de Regularização de Débitos não tributários</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>90.905.273</b>	<b>90.905.273</b>

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras dos RPPS, Transferências do SUS, FNAS, FNDE,

Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas.

(2) Multas e juros e dívida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(3) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(4) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180800, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000

(5) Exceto conta 19900300

Elaboração: Coordenação de Análise e Previsão Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.

ANEXO II.B

RELATÓRIO DA RECEITA MENSAL PREVISTA PARA 2020

VALORES CORRENTES EM R\$

CODIGO	FONTE	ESPECIFICACAO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2020
11000000	TOTAL DAS RECEITAS PREVISTAS (1)		1.536.865.367	1.711.525.094	1.496.932.028	1.540.693.785	1.644.473.133	1.681.088.782	1.598.897.785	1.632.466.237	1.599.805.859	1.508.920.184	1.622.115.084	1.724.465.452	19.599.154.072
11100000	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		1.354.107.317	1.541.321.377	1.377.429.433	1.386.232.889	1.456.540.229	1.481.347.010	1.416.347.010	1.461.360.963	1.433.663.390	1.342.776.989	1.475.347.605	1.537.171.672	17.378.741.849
11130000	IMPOSTO DE RENDIMENTO SOBRE O PATRIMÔNIO		237.659.643	244.381.935	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	202.743.979	2.428.282.828
11180000	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/MUNICÍPIOS		1.099.515.296	1.264.007.624	1.038.758.311	1.089.742.945	1.123.718.530	1.396.802.507	1.184.422.761	1.137.161.844	1.114.906.756	1.083.960.187	1.126.815.300	1.066.509.058	13.609.984.032
11180110	IMPOSTOS SOBRE PATRIMÔNIO PARA ESTADOS/MUNICÍPIOS		42.842.988	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	41.864.129	418.641.129
11180111	IPITU-PRINCIPAL		20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	20.821.259	208.212.590
11180112	IPITU-MULTAS E JUROS		9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	9.025.663	90.256.663
11180113	IPITU-DIVIDA ATIVA		3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	3.070.018	30.700.018
11180114	IPITU-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	90.785.118	907.851.118
11180120	IPVA-PRINCIPAL		81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	81.354.160	813.541.600
11180121	IPVA-MULTAS E JUROS		2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	2.066.101	20.661.010
11180122	IPVA-DIVIDA ATIVA		5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	5.985.535	59.855.355
11180124	IPVA-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	8.988.213	89.882.130
11180130	ITCD-PRINCIPAL		7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	7.697.731	76.977.731
11180132	ITCD-MULTAS E JUROS		923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	923.635	9.236.350
11180134	ITCD-DIVIDA ATIVA		312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	312.964	3.129.640
11180140	ITCD-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	63.883	638.830
11180142	ITBI-PRINCIPAL		24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	24.114.966	241.149.660
11180143	ITBI-MULTAS E JUROS		24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	24.101.176	241.011.760
11180144	ITBI-DIVIDA ATIVA		8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	8.094	80.940
11180145	ITBI-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	18.142	181.420
11180200	IMPOSTOS DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS		1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	1.098	10.980
11180210	ICMS-PRINCIPAL		946.134.133	845.603.545	826.822.685	886.242.869	885.549.112	892.595.408	904.253.440	928.229.813	922.442.168	886.348.980	945.143.342	852.825.144	10.822.192.920
11180212	ICMS-MULTAS E JUROS		782.487.357	681.734.347	666.421.796	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	719.133.266	7.824.873.570
11180214	ICMS-DIVIDA ATIVA		3.467.718	2.980.487	2.573.274	2.980.487	2.573.274	2.980.487	2.573.274	2.980.487	2.573.274	2.980.487	2.573.274	2.980.487	34.677.718
11180215	ICMS-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		23.578.174	22.783.814	24.155.664	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	24.436.814	235.781.740
11180220	ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE À POBREZA-PRINCIPAL		2.912.714	2.925.608	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	2.787.225	29.127.140
11180222	ADICIONAL ICMS-FUNDO COMBATE À POBREZA-MULTAS E JUROS		5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	5.610.877	56.108.770
11180300	ISS-PRINCIPAL		183.846.776	163.869.189	160.400.769	171.660.079	172.002.456	173.482.142	176.087.671	179.874.961	179.332.613	172.212.974	180.523	180.523	2.069.548.686
11180320	ISS-MULTAS E JUROS		176.904.867	157.497.935	153.400.176	165.169.493	162.603.188	165.962.279	168.601.190	171.979.922	171.979.922	164.820.769	174.794.327	176.871.718	2.011.666.246
11180330	ISS-DIVIDA ATIVA		1.326.613	1.104.825	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	1.219.443	13.266.613
11180334	ISS-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		4.680.369	4.905.568	5.026.432	4.676.684	7.419.441	5.598.989	4.929.457	4.814.704	5.303.604	5.258.780	5.269.327	5.862.947	63.356.370
11180400	OUTROS IMPOSTOS		238.525	237.063	229.287	229.500	236.882	241.163	239.756	239.756	238.116	237.261	238.206	236.160	2.385.250
11180410	OUTROS IMPOSTOS-MULTAS E JUROS		12.845	13.180	14.003	14.236	14.397	14.592	14.696	14.797	14.802	14.770	14.824	14.851	148.500
11180412	OUTROS IMPOSTOS-DIVIDA ATIVA		52.929	51.721	49.310	49.620	51.940	53.829	53.233	53.159	52.935	52.752	52.149	52.149	529.290
11180414	OUTROS IMPOSTOS-DIVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		16.353.652	22.564.715	15.966.186	15.289.241	36.369.046	63.450.076	28.733.795	28.733.795	28.733.795	27.676.881	27.676.881	22.466.748	338.762.420
11200000	PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA		9.820.778	18.779.572	9.405.306	8.397.194	26.012.973	9.710.778	10.591.077	9.883.247	9.833.822	9.373.308	7.265.110	7.682.423	135.145.420
11201011	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL (2)		997.807	980.856	959.893	959.893	968.076	1.004.786	1.004.786	1.031.836	1.031.836	1.056.619	1.124.554	1.171.923	12.339.488
11201011	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL		334.584	413.919	389.372	372.511	4.481.754	1.048.754	1.808.171	918.038	745.025	711.244	314.138	319.258	7.956.873
11201011	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO-PRINCIPAL		5.905.893	14.271.168	5.246.160	4.576.849	17.759.228	5.029.960	5.029.960	5.273.638	4.245.263	3.641.435	3.015.238	3.176.102	37.900.103
11201041	TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL-PRINCIPAL (2)		2.582.484	2.857.629	2.719.882	2.478.174	2.805.316	2.780.749	2.780.749	2.773.736	3.293.537	2.963.914	3.016.863	3.176.102	37.900.103
11200000	PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		6.483.243	4.335.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	6.531.247	64.832.430
11201011	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL		1.603.301	1.696.721	3.774.368	4.242.211	2.186.530	5.124.047	4.242.211	4.242.211	4.242.211	4.242.211	4.242.211	4.242.211	42.422.211
11201011	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL		3.299	35.189	31.308	35.189	18.137	42.503	42.503	20.077	28.534	16.968	16.968	16.968	35.189
11201011	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS-PRINCIPAL		3.165.969	1.009.144	931.042	962.964	5.901.398	46.737.729	14.320.267	13.502.660	12.144.914	12.144.914	11.247.764	3.074.296	125.015.178
11201012	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS		414.115	106.368	70.250	50.660	50.660	92.226	31.751	184.343	171.116	111.366	228.636	316.857	2.047.829
11201013	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS		940.085	1.110.060	1.311.531	1.158.916	1.696.979	1.318.700	942.104	926.477	793.782	793.782	793.782	793.782	9.400.085
11201014	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA		328.904	380.574	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	384.901	3.289.040
11202011	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA MULTAS E JUROS		17.970	18.546	16.275	18.415	14.653	22.030	17.345	108.027	95.044	95.044	95.044	95.044	179.700
11200000	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - PRINCIPAL		90.605	100.322	111.896	109.159	110.305	140.874	104.874	182.424	177.376	169.599	110.314	111.351	1.409.202
11200911	Outras Contribuições Econômicas - Principal		13.553	23.250	34.824	32.087	33.230</								



Anexo I, que altera o Anexo II da Lei nº 6.352, de 07 de agosto de 2019

ANEXO II.B

RELATÓRIO DA RECEITA MENSAL PREVISTA PARA 2020  
VALORES CORRENTES EM R\$

CODIGO	FONTE	ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	2020
19901221	100	Onus de Sucumbência - Principal	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	193	2.320
19901221	171	Onus de Sucumbência - Principal	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	261.695	3.140.345
19900911	100	Outras Receitas - Primárias - Principal	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	2.980.492	35.765.899
19900911	120	Outras Receitas - Primárias - Principal	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	234.389	2.812.870
19900911	169	Outras Receitas - Primárias - Principal	855.273	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	414.322	5.412.870
19900911	171	Outras Receitas - Primárias - Principal	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	34.852	418.228
19900913	200	Outras Receitas - Primárias - Divida Ativa	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	108.945	1.307.340
19900914	100	Outras Receitas - Primárias - Divida Ativa	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	553.836	6.646.032
29900011	172	Demais Receitas de Capital - Principal	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	157.640	1.891.674
76000000		Recursos do Serviços	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	1.666.667	20.000.000
76100111	220	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	3.955.437	47.465.238
76200211	220	Recursos do Transporte - Principal	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	1.590.602	19.087.225
		Recursos do Programa de Regularização de Dívidas não tributárias	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	2.364.834	28.376.013
		Emendas Parlamentares, Convênios e de Outras Instituições Públicas	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	7.575.439	90.905.273

Notas: (1) Exceto Receitas de Contribuições Sociais, Remuneração dos Recursos e Compensações Financeiras do RPPS, Transferências do SUS, FNAS, FNDE.

(2) Multas e juros e divida ativa de origem tributária não consideradas em itens anteriores.

(3) Projeções fornecidas pela ADASA.

(4) Exceto contas 13210041, 13220000 e 13310000.

(5) Exceto contas 17180200, 17180300, 17180400, 17180500, 17180600, 17181000, 17189900, 17200000 e 17500000.

(6) Exceto conta 19900300.

Elaboração: Coordenação de Análise e Projeção Fiscal/SUAPOF/SAE/SEFP.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N.º 81/2020 - SEEC/SPLAN/SUOP

Brasília-DF, 17 de março de 2020

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência a presente Minuta de Projeto de Lei, que tem por objetivo alterar a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 – LDO/2020), que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências", com fundamento nos termos do art. 71, § 1º, V, da Lei Orgânica do Distrito Federal[1].

As alterações, em síntese, estão relacionadas a seguir:

I - Alteração decorrente da redução da alíquota do ICMS - Produtos relacionados ao incentivo da assepsia de profissionais e população em geral;

II - Alteração decorrente da adesão do Distrito Federal a benefício fiscal previsto na Lei nº 13.194/1997 do estado de Goiás, realizada nos termos da Lei Complementar Federal nº 160/2017, do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e da Lei Distrital nº 6.225/2018.

Abaixo, seguem esclarecimentos relacionados a cada alteração proposta.

**I - ALTERAÇÃO DECORRENTE DA REDUÇÃO DA ALÍQUOTA DO ICMS - PRODUTOS RELACIONADOS AO INCENTIVO DA ASSEPSIA DE PROFISSIONAIS E POPULAÇÃO EM GERAL:**

Por meio do Processo SEI nº 00040-00008310/2020-85, foi submetido à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal o anteprojeto de lei que visa à redução da alíquota do ICMS nas operações internas com os produtos que especifica, todos relacionados ao incentivo da assepsia de profissionais e população em geral (Anteprojeto de Lei SEEC/GAB - Doc. SEI nº 37126990).

A justificativa da proposição é apresentada na EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS N.º 77/2020 - SEEC/GAB (37127030), *in verbis*:

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anteprojeto de lei que visa à redução da alíquota do ICMS nas operações internas com os produtos que especifica, todos relacionados ao incentivo da assepsia de profissionais e população em geral.

O projeto traduz providência imediata ao alcance do Executivo, bem como contempla maiores benefícios, caso o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ venha a autorizar o Distrito Federal a reduzir em menor percentual a alíquota do ICMS ou mesmo a isentar do imposto as operações referidas.

A proposição se justifica pela urgência de medidas que visem a contribuir com o combate à pandemia do Coronavírus que coloca em risco toda a população do Distrito Federal.

Conforme exige a legislação, a presente proposição segue acompanhada do estudo do impacto financeiro.

São essas as razões que justificam o encaminhamento deste anteprojeto de lei à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Ante os elementos motivadores ora expostos, recomenda-se que a presente proposição tramite em regime de **URGÊNCIA**, nos termos do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos do mais elevado respeito e consideração.

Conforme Estudo Técnico n.º 7/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (37138899), a projeção do valor do benefício a ser concedido é a demonstrada abaixo:

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA		
			2020	2021	2022
ICMS	Isenção	Saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	5.630.970	5.837.992	6.043.385
ICMS	Redução de Alíquota	Redução da alíquota para até 7% na saída interna de álcool gel e insumos (exceto energia elétrica e embalagens), álcool 70%, hipoclorito de sódio 5% e luvas e máscaras médicas.	4.788.975	4.965.041	5.139.722

A referida renúncia de receita será compensada conforme previsto no art. 14, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma que a meta fiscal prevista na Lei nº 6.352/2019 (LDO/2020) não deverá ser alterada.

**II - ALTERAÇÃO DECORRENTE DA ADESÃO DO DISTRITO FEDERAL A BENEFÍCIO FISCAL PREVISTO NA LEI Nº 13.194/1997 DO ESTADO DE GOIÁS:**

Com relação à alteração do Decreto nº 40.337/2019, que dispõe sobre a adesão do Distrito Federal a benefício fiscal previsto na Lei nº 13.194/1997 do Estado de Goiás, realizada nos termos da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, do Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e da Lei Distrital nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, cabe esclarecer que, a partir de uma estimativa inicial elaborada em 2019, foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020 - LDO/2020, por meio da Lei nº 6.485/2020, e considerado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020 - PLOA/2020, o seguinte impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2020 a 2022:

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
ICMS (*)	Crédito Presumido	Crédito presumido na saída interna de cerveja e chope artesanais, produzidos pelo próprio estabelecimento microcervejeiro.	21.219	21.999	22.773	Foi considerado no PLOA 2020 (nos termos do art. 14, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000

Com vistas a ampliar o alcance do referido benefício tributário, a Secretaria Executiva da Fazenda inseriu nos autos do Processo SEI nº 00040-00022463/2019-00 uma proposta de alteração do Decreto nº 40.337/2019 (35388622) e, mediante o Despacho - SEEC/SEF (36133408), se manifestou nos seguintes termos:

Nesse sentido, esta Executiva Fazenda incluiu proposta de alteração do Decreto nº 40.337/2019 (35388622) no presente processo e, através do Despacho SEEC/SEF (35401178), encaminhou os autos à Secretaria Executiva de Assuntos Econômicos - SEAE para análise do impacto da medida na arrecadação tributária local, inclusão nas leis orçamentárias de 2020 e demais providências necessárias ao prosseguimento do feito, inclusive aquelas necessárias ao depósito dos documentos supramencionados junto à Secretaria Executiva do CONFAZ.

Em atenção ao pleito supracitado, a SEAE informou que a Coordenação de Modelagem e Processos Especiais dessa Secretaria calculou o impacto fiscal decorrente da proposta de alteração legislativa, estimando-o em R\$ 106.186,36. Outrossim, ressaltou que o valor inicial da renúncia, desconsiderando-se o impacto da alteração proposta, havia sido estimado em R\$ 19.719,80 (30224959), o qual já está previsto nas leis orçamentárias referentes a 2020, conforme mencionado pela Subsecretaria de Acompanhamento da Política Fiscal nos presentes autos.

Diante de todo o exposto, não obstante o fato das leis orçamentárias de 2020 já se encontrarem publicadas, esta Secretaria Executiva de Fazenda ratifica os termos do Despacho SEEC/SEF (35401178) e retorna os autos a essa Secretaria para as providências de alçada, inclusive aquelas necessárias à inclusão do novo impacto nas referidas leis orçamentárias, com vistas à implementação da alteração proposta no documento SEI nº 35388622, atentando-se para a urgência que o caso merece.

Em atendimento a determinação da Secretaria Executiva de Assuntos Econômicos – SEAE, foi apresentado o Estudo Técnico nº 6/2020 - SEEC/SEAE/SUAPOF/COREN (36360140), com a estimativa do impacto financeiro-orçamentário em decorrência da renúncia do imposto prevista na proposta de alteração do Decreto nº 40.337/2019 (Proposta - SEEC/SEF – Doc. SEI nº 35388622), nos valores demonstrados abaixo para os exercícios de 2020 a 2022:

2020	2021	2022
R\$ 109.954,00	R\$ 113.997,00	R\$ 118.007,00

Conforme se verifica, essa nova estimativa está acima dos valores previstos na LDO/2020. Dessa forma, referida renúncia de receita será compensada conforme previsto no art. 14, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma que a meta fiscal prevista na Lei nº 6.352/2019 (LDO/2020) não deverá ser alterada.

Em que pese não haver efeito nas metas de resultado fiscal previstas, tendo em vista a compensação das renúncias de receitas propostas, as alterações I e II acima devem ser consideradas na versão ajustada do Anexo de Metas Fiscais, em virtude da alteração da composição das receitas previstas, mesmo que o valor total da receita tributária não seja alterado. Além disso, as referidas alterações ensejam a atualização dos demonstrativos que tratam especificamente das renúncias tributárias.

Assim, conforme exposto, propõe-se o envio de Projeto de Lei para a substituição de parte dos demonstrativos que compõem o Anexo de Metas Fiscais. Dessa forma, devem ser substituídos os seguintes demonstrativos da LDO/2020:

- Relatório B2.3 - Anexo II – Anexo das Considerações sobre Metas Fiscais - nova versão conforme Doc. SEI nº 37197816;
- Relatório B11.1 - Anexo XI – Renúncia Tributária – Considerações - nova versão conforme Doc. SEI nº 37198084;
- Relatório B11.2 - Anexo XI – Renúncia Tributária – Anexos - nova versão conforme Doc. SEI nº 37198338;
- Relatório B11.3 - Anexo XI – Renúncia Tributária – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - nova versão conforme Doc. SEI nº 37198815.

Salienta-se que a proposição deste Projeto de Lei leva em consideração as orientações constantes do Decreto nº 39.680, de 21 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre as normas e as diretrizes para o encaminhamento e exame de propostas projeto de lei no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

Por fim, não há que se falar em impacto orçamentário-financeiro, uma vez que as referidas renúncias de receita serão compensadas conforme previsto no art. 14, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Devido à urgência que a situação requer, é imperativo requerer daquela Casa Legislativa a apreciação do anexo Projeto de Lei em regime de urgência, na forma do art. 73 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Respeitosamente,



**ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA**

Secretário de Estado de Economia do Distrito Federal

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Praça do Buriti - Anexo do Palácio do Buriti, 10º Andar, Sala 1.000 - Bairro Zona Cívico-Administrativa - CEP 70075-900 - DF

3966-6151

---

00040-00008351/2020-71

Doc. SEI/GDF 37207428



PROPOSIÇÃO - PL 1020/2020

LIDO EM: 17/03/2020

Brasília, 17 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por ANNA CAROLINE DE ARAUJO LIMA - Matr. 22638, Assessor(a) de Apoio à Atividade do Plenário, em 17/03/2020, às 16:44, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **0076685** Código CRC: **CB4DA82F**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10- CEP 70094-902- Brasília-DF- Telefone: (61)3348-8275  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [seleg@cl.df.gov.br](mailto:seleg@cl.df.gov.br)

00001-00011064/2020-60

0076685v2



## DESPACHO

Ao SPL para indexações, em seguida ao SACP, para conhecimento e providências protocolares, informando que a matéria tramitará, em análise de mérito e admissibilidade, na CEOF (RICL, art. 64, II, "a") e, em análise de admissibilidade CCJ (RICL, art. 63, I)

Brasília, 18 de março de 2020

**MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS**  
*Assessor Legislativo*



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS** - Matr. 13821, Assessor(a) da Secretaria Legislativa, em 18/03/2020, às 07:09, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **0076690** Código CRC: **DECCAB3C**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10- CEP 70094-902- Brasília-DF- Telefone: (61)3348-8275  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [seleg@cl.df.gov.br](mailto:seleg@cl.df.gov.br)

00001-00011064/2020-60

0076690v2



## DESPACHO

Informo que a matéria tramitará em Regime de Urgência nos termos do art. 73 da LODF a pedido do Governador do Distrito Federal.

Brasília, 18 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO FREDERICO MEDEIROS BASTOS** - **Matr. 13821, Assessor(a) da Secretaria Legislativa**, em 18/03/2020, às 07:47, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **0077330** Código CRC: **2C33453D**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, Sala 5.10– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8275  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br) - [seleg@cl.df.gov.br](mailto:seleg@cl.df.gov.br)

00001-00011064/2020-60

0077330v3